

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

# NOVOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:

um estudo sobre valor afetivo e memória coletiva no  
caso da antiga fábrica da *Société Cotonnière Belge*  
*Brésilienne* em Moreno, PE.



**AUTORA**

Lyvian Victoria Araujo da Silva

**ORIENTAÇÃO**

Julia da Rocha Pereira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

# NOVOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:

um estudo sobre valor afetivo e memória  
coletiva no caso da antiga fábrica da Société  
Cotonnière Belge Brésilienne em Moreno, PE.

Trabalho de Graduação apresentado ao  
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Federal de Pernambuco, como  
requisito para a conclusão do curso, sob a  
orientação da Professora Julia da Rocha Pereira.

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Silva, Lyvian Victoria Araujo da.

Novos olhares sobre o patrimônio industrial: um estudo sobre valor afetivo e memória coletiva no caso da antiga fábrica da Société Cotonnière Belge Brésilienne em Moreno, PE. / Lyvian Victoria Araujo da Silva. - Recife, 2025.

108 p. : il., tab.

Orientador(a): Julia da Rocha Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Patrimônio industrial. 2. Memória coletiva. 3. Arquitetura fabril. 4. Valores.  
I. Pereira, Julia da Rocha. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

# agrade

# cimen

# tos

Com imensa felicidade, percebo o quanto tenho a agradecer. E a tantas pessoas a quem sou grata.

Aos meus pais, Fernanda e Victor, que sempre defenderam a importância da educação e me proporcionaram o acesso a ela, ensinando-me, constantemente, que a melhor medida do percurso é aquela traçada com dedicação e coragem. Ao meu irmão, Pedro, pelas palavras de carinho nos momentos difíceis e pelo incentivo em cada um deles.

À minha família da Rua da Liberdade. Ao meu avô, antigo operário da fábrica, e aos meus tios e tias, em especial ao meu tio Lito, que não mediu esforços para me apoiar em todas as etapas deste trabalho, sempre auxiliando na busca por visitas, entrevistas e informações. Ao meu tio Pedro (*in memoriam*) pela certeza de que tenho alguém que me protege e torce por mim, mesmo à distância.

À minha orientadora, Júlia, sou imensamente grata pela paciência e compreensão durante toda essa jornada. Agradeço também pela zelosa orientação e pelo incentivo em cada etapa desse trabalho.

À Nicole, minha parceira desde o primeiro dia de curso, que esteve ao meu lado em todos os momentos, doces e amargos, sempre com o apoio e a compreensão que só uma grande amizade pode oferecer. De maneira igualmente especial, ao meu querido GE03, hoje Fervo Arquitetura, pelas infinitas risadas, pelas exaustivas ligações de projeto e por cada momento que, com vocês ao lado, se tornou especial.

Aos queridos amigos que fiz ao longo da graduação e que se tornaram ainda mais indispensáveis nessa reta final: Túlio, pelo apoio incondicional e pela ajuda incansável, e Duda Maciel, cuja amizade, que floresceu do outro lado do Atlântico, se tornou sinônimo de lar. Agradeço também a tantas outras pessoas que fizeram do CAC um lugar de felicidade, aprendizado e bons encontros.

# agradecimentos

A Millena, uma amizade que nasceu nas ruas de Moreno, sobreviveu a diversas mudanças – geográficas e temporais – e serviu como um indispensável alicerce durante essa caminhada.

Aos meus amigos de uma vida inteira, que, mesmo sem entender muito bem o motivos dos surtos e sumiços, sempre estiveram presentes proporcionando risadas, conselhos e apoio incondicional. Sou grata pela paciência e pelo carinho, especialmente nos momentos em que o curso de arquitetura me exigiu um pouco mais de distância.

A Mateus, por todo carinho, paciência e apoio nessa reta final.

À minhas cachorrinhas pela silenciosa e amorosa companhia nos intermináveis turnos noturnos ao longo do curso de Arquitetura e Urbanismo.

À Universidade Federal de Pernambuco e ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, que simbolizam a importância do ensino público, gratuito e de qualidade. A todo o corpo docente, em especial à professora Jaucele Azeredo, pela paciência e cuidado.

A Prefeitura de Moreno e a todos que nela trabalham. Aos moradores da cidade que gentilmente concederam entrevistas e dedicaram parte do seu tempo a esta pesquisa.

A toda equipe do Ponto 5 Arquitetura, pelo aprendizado constante, pelas histórias compartilhadas e pela oportunidade de crescer, tanto profissionalmente quanto pessoalmente, em um ambiente acolhedor e inspirador.

**E a todos aqueles que caminharam junto a mim ao longo dessa jornada e cujos nomes não cabem nestas linhas, meu agradecimento mais sincero.**



# resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo a antiga fábrica sede da *Société Cotonnière Belge Brésilienne S.A.*, situada em Moreno, município da Região Metropolitana do Recife. A pesquisa parte do histórico de abandono do conjunto fabril, sua degradação ao longo dos anos e a consequente perda de sua identidade como um importante marco da industrialização têxtil da região, refletindo a crescente desvalorização do patrimônio industrial no Brasil. O objetivo principal é analisar o contexto histórico e social da fábrica, investigando sua conexão com a memória coletiva da comunidade local e avaliando o impacto da desvalorização desse patrimônio na construção da identidade e memória da cidade. Para isso, foi realizado um diagnóstico detalhado dos imóveis, incluindo a análise de sua trajetória histórica, sua importância na transição econômica da região e a relação atual da comunidade de Moreno com esse espaço. A pesquisa também aborda o conceito de patrimônio industrial, além dos conceitos de valor afetivo e social, e propõe alternativas para a preservação e revalorização de espaços como a SCBB, com o objetivo de reforçar o reconhecimento do valor simbólico e afetivo dessas estruturas. O estudo sugere uma reflexão sobre a necessidade de integrar a memória coletiva no processo de preservação do patrimônio industrial, destacando a arquitetura como um instrumento fundamental para fortalecer a identidade local e ressignificar a história da cidade.

**Palavras Chave:** *patrimônio industrial; memória coletiva; arquitetura fabril; valores.*

Imagen 01: Complexo fabril da SCBB visto de cima, anos 50.....	24
Imagen 02: North Way Shopping Paulista, inaugurado em 2015.....	29
Imagen 03: Mapa das linhas férreas em Pernambuco em 1898.....	34
Imagen 04: Estação ferroviária de Moreno nos anos 50.....	36
Imagen 05: Estação ferroviária reformada em 2022.....	37
Imagen 06: Mapa da Capitania de Pharnambocque (Pernambuco) por Johannes Vingboons, 1665.....	38
Imagen 07: Linha do tempo da evolução territorial e política da região.....	39
Imagen 08: Solar Souza Leão no Engenho Moreno.....	40
Imagen 09: Solar Souza Leão no Engenho Moreno.....	41
Imagen 10: : Planta do pavimento térreo do Solar Souza Leão.....	41
Imagen 11: Planta do pavimento superior do Solar Souza Leão.....	42
Imagen 12: Engenho Moreno com a capela de Nossa Senhora da Apresentação ao fundo, sem data.....	43
Imagen 13: Engenho Catende, sem data.....	45
Imagen 14: Anúncio da Société Cotonnière Belge Brésilienne publicado no Diário de Pernambuco em 1907.....	46
Imagen 15: Vila Operária na antiga Estrada Real, hoje Av Cleto Campelo, sem data.....	47
Imagen 16: Trecho do Guia que ressalta a SCBB como "razão de ser" do município.....	49
Imagen 17: Projeto urbanístico da SCBB para a cidade de Moreno, 1932.....	51
Imagen 18: Trecho urbano onde a linha férrea dava acesso ao transporte de matéria-prima e produtos do Cotonifício, década de 1950.....	51
Imagen 19: Vista do Cotonifício, 1921.....	53
Imagen 20: Pátio interno da SCBB.....	54
Imagen 21: Vista do Mercado Municipal e parte da Estação Ferroviária, sem data.....	55
Imagen 22: Mercado Público de Moreno após a reforma de 2022.....	55
Imagen 23: Desenho do projeto original da Praça da Bandeira, 1932.....	56
Imagen 24: Vista aérea da situação atual da Praça da Bandeira, 2024.....	56
Imagen 25: Praça da Bandeira entre as décadas de 50 e 60, é possível ver a fumaça saindo da chaminé da fábrica ao fundo.....	57

Imagen 26: velha Igreja de São Sebastião, inaugurada em 1745.....	58
Imagen 27: Ilustração da velha Igreja de São Sebastião, demolida em 1973.....	59
Imagen 28: Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo, 2022.....	60
Imagen 29: Telhado da fábrica Société Cornière Belge Brésilienne e a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo, meados dos anos 60.....	60
Imagen 30: Igreja Notre-Dame-de-l'Immaculée-Conception em Liège, Bélgica.....	61
Imagen 31: Vista parcial do bloco administrativo do complexo, 2024.....	63
Imagen 32: Vista parcial da antiga carpintaria da SCBB, 2024.....	64
Imagen 33: Mapa esquemático do estado de conservação das edificações principais do complexo da antiga fábrica, em 2024.....	65
Imagen 34: Edificação da SCBB, sem data.....	66
Imagen 35: Situação atual da edificação principal da antiga SCBB, 2024.....	66
Imagen 36: Situação atual da edificação principal da antiga SCBB, 2024.....	67
Imagen 37: Cotonifício visto da colina da Igreja Matriz, 2024.....	68
Imagen 38: Cotonifício visto da colina da Igreja Matriz, 2024.....	68
Imagen 39: Situação atual da edificação principal da antiga SCBB, 2024.....	69
Imagen 40: Marcos e polígonos de proteção sugeridos pelo PPSH/RMR.....	70
Imagen 41: Ampliação do zoneamento municipal (2019) aplicado ao terreno da antiga SCBB.....	72
Imagen 42: Localização do município de Moreno, na Região Metropolitana do Recife...	73
Imagen 43: Mapa esquemático da gleba da SCBB, 2024.....	74
Imagen 44: Padrões de ocupação urbana.....	75
Imagen 45: Zoneamento municipal de acordo com o PD de 2009.....	76
Imagen 46: Mapa esquemático da idade das edificações principais do município.....	77
Imagen 47: Esquema de aproximado do funcionamento interno da SCBB, 2024.....	88
Imagen 48: Esquema aproximado do funcionamento interno da SCBB, 2024.....	90
Imagen 49: Corredor de entrada de funcionários, percebe-se algumas folhas de ponto dos antigos operários do Cotonifício, 2024.....	97

<b>00</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<hr/>		
<b>01</b>	<b>NOVOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL</b>	<b>14</b>
	1.1 – Patrimônio industrial.....	16
	1.2 – Desafios do reconhecimento do patrimônio.....	21
<hr/>		
<b>02</b>	<b>A CIDADE E A FÁBRICA</b>	<b>31</b>
	2.1 – A Estrada de Ferro Central de Pernambuco.....	33
	2.2 – Da cana de açúcar à industrial têxtil.....	37
	2.3 – A Société Cotonnière Belge Brésilienne.....	48
	2.4 – Leitura do território.....	72
<hr/>		
<b>03</b>	<b>A FÁBRICA E A MEMÓRIA</b>	<b>79</b>
	3.1 – A expressão da memória.....	81
	3.2 – Dimensões físicas e simbólicas.....	84
<hr/>		
<b>04</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>98</b>
<hr/>		
<b>05</b>	<b>ANEXOS</b>	<b>100</b>
<hr/>		
<b>06</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>102</b>

A preservação do patrimônio cultural brasileiro tem sido um tema de grande relevância desde a institucionalização das políticas de conservação na década de 1930. No entanto, essas políticas, historicamente, privilegiaram bens culturais associados à arquitetura colonial e ao barroco, reforçando uma narrativa uniforme da identidade nacional e marginalizando outras expressões culturais e históricas (CHUVA, 2009). Esse viés seletivo resultou na negligência do reconhecimento de importantes testemunhos do processo de industrialização do país como o patrimônio industrial, que, apesar de sua relevância histórica, ainda enfrenta dificuldades para ser plenamente reconhecido e protegido no Brasil (KHÜL, 2008).

O patrimônio industrial abrange um conjunto de edificações, equipamentos, infraestrutura e paisagens associadas às atividades produtivas, representando um capítulo fundamental na história econômica e social das cidades brasileiras. A Carta de Nizhny Tagil (2003) e os Princípios de Dublin (2011), documentos elaborados pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH), ressaltam a importância não apenas da materialidade dessas estruturas, mas, também, dos aspectos imateriais e da memória coletiva dos trabalhadores que nelas atuaram. No Brasil, a inclusão desse tipo de patrimônio nos debates sobre conservação é recente e enfrenta desafios como a ausência de políticas específicas e a pressão imobiliária sobre antigas áreas industriais (KÜHL, 2010).

O município de Moreno, situado a cerca de 30 km do Recife, exemplifica esse processo de desindustrialização e abandono do patrimônio fabril. Fundado a partir da expansão da indústria têxtil no início do século XX, Moreno tornou-se um importante polo industrial pernambucano, impulsionado pela instalação da *Société Cotonnière Belge-Brésilienne (SCBB)* em 1907 (SUETTINNI, 2011). A presença da fábrica transformou a paisagem urbana, promovendo a construção de vilas operárias, centros de lazer e equipamentos públicos que dinamizaram a economia local. Entretanto, com o encerramento das

atividades fabris no final do século XX, a cidade entrou em um processo de declínio socioeconômico (MEDEIROS, 2018).

Atualmente, grande parte do terreno da antiga fábrica permanece abandonada ou subutilizada, desconectada das dinâmicas sociais da cidade e desprovida de ações que resgatem sua história e potencializem sua requalificação. A falta de reconhecimento patrimonial e a ausência de políticas de preservação contribuem para o apagamento da memória coletiva dos antigos trabalhadores e moradores, cujas histórias ainda resistem na oralidade e nas vivências cotidianas.

Convergindo com essas reflexões, e dialogando com autores que discutem o tema, o **objeto de estudo** escolhido para o desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Curso é a antiga fábrica da *Société Cotonnière Belge Brésilienne*, localizada no município de Moreno, na Região Metropolitana do Recife. A fábrica, que desempenhou um papel fundamental na indústria têxtil do estado, tem grande relevância histórica e social, e destaca-se como um dos principais motores de desenvolvimento urbano, tendo gerado impactos importantes na cidade de Moreno.

É relevante destacar que a autora do trabalho viveu em Moreno até os 8 anos, e toda a sua família tem raízes profundas na cidade, residindo nela desde sua fundação. Assim, o desenvolvimento deste trabalho e suas pesquisas possuem uma motivação pessoal, uma vez colocado o vínculo com o local e sua história, bem como com o patrimônio industrial presente. Com isso, surge a reflexão central deste trabalho: *como a antiga fábrica contribui para a construção da memória coletiva, e de que forma a ausência de ações efetivas de preservação evidencia as lacunas nas políticas de proteção do patrimônio industrial?*

Nesse contexto, este trabalho tem como **objetivo** identificar a relação entre a antiga fábrica da *Société Cotonnière Belge Brésilienne* em Moreno-PE e a memória coletiva e a identidade local, analisando o valor social e afetivo atribuído ao espaço e a lacuna existente entre a intenção normativa de preservação e a ausência de ações concretas para sua salvaguarda. A pesquisa busca destacar a importância do

patrimônio industrial no contexto urbano e social, evidenciando a necessidade de reconhecimento e valorização desse legado.

Assim, têm-se como objetivos específicos:

1. Realizar uma pesquisa iconográfica e documental sobre as transformações urbanas da cidade, com ênfase no papel desempenhado pela Société Cotonnière Belge Brésilienne no desenvolvimento do município.
2. Analisar a relação entre a antiga fábrica da SCBB e os principais elementos urbanos de Moreno, compreendendo seu impacto na estrutura e dinâmica da cidade.
3. Mapear a lógica produtiva da antiga fábrica por meio da coleta e análise de relatos orais de moradores e antigos funcionários.
4. Aplicar os conceitos de memória sonho e memória trabalho, de Ecléa Bosi, na interpretação de depoimentos coletados junto aos moradores, evidenciando a dimensão afetiva e simbólica do patrimônio industrial.
5. Caracterizar a memória coletiva da comunidade local, tendo a fábrica como eixo central, a fim de compreender os vínculos afetivos e históricos construídos ao longo do tempo.

O patrimônio industrial tem sido amplamente discutido em documentos internacionais, como a Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003), que se constitui como um referencial teórico fundamental para a preservação e valorização dos bens industriais. A carta não apenas reconhece a importância desses espaços pela sua materialidade, mas também destaca sua relevância histórica, tecnológica e social, enfatizando o papel central da memória e da identidade nas práticas de preservação. Em um viés semelhante, os Princípios de Dublin (ICOMOS, 2011) tratam especificamente da preservação do patrimônio industrial, estabelecendo diretrizes que sublinham a necessidade de contextualizar esses bens dentro das dinâmicas sociais e culturais das comunidades locais. Essa abordagem é complementada por Beatriz Kuhl (2010), que reforça a ideia de que a compreensão do patrimônio industrial deve ir além de sua função histórica e deve incluir a relação afetiva e simbólica que as comunidades estabelecem com esses espaços. Ela aponta que

o patrimônio não é apenas uma herança física, mas, sobretudo, uma construção social, impregnada de significados que transcendem sua estrutura material.

A partir dessa concepção, no presente trabalho, adota-se uma perspectiva halbwachiana de memória, entendendo-a como um processo contínuo de construção e reconstrução, mediado pela coletividade e sempre situado em um contexto espacial específico (HALBWACHS, 1990). Nesse sentido, Bosi (1994) destaca o papel da oralidade e das experiências compartilhadas na construção e transmissão dessas memórias. Essa perspectiva coletiva de construção da memória é crucial para compreender a importância social dos espaços industriais desativados, que se mantêm vivos não apenas pela sua materialidade, mas pelos significados que adquirem ao longo do tempo. Este argumento é reforçado ao olharmos para o trabalho de Meneses (2012), onde o autor argumenta que o valor do patrimônio não se limita à sua preservação física, mas está intrinsecamente ligado ao significado que ele adquire nas experiências dos indivíduos e nas práticas coletivas, tornando-se parte essencial da identidade e da memória de uma comunidade.

A investigação está estruturada em três capítulos. O primeiro, "**Novos olhares sobre o patrimônio industrial**", apresenta o referencial teórico sobre a transformação do conceito de patrimônio e os princípios contidos nas cartas patrimoniais, que norteiam a conservação desse tipo de bem, além dos desafios enfrentados para sua proteção.

O segundo capítulo, "**A cidade e a fábrica**", contextualiza a história de Moreno e da SCBB, abordando seu impacto na formação urbana e nas dinâmicas sociais locais. Inicialmente, discute-se o surgimento do que hoje é o município de Moreno e os fatores que influenciaram seu crescimento, até a chegada da empresa belga *Société Cotonnière Belge-Brésilienne*, objeto empírico deste trabalho. Para isso, foi realizado um levantamento documental sobre a história do município e da antiga fábrica, juntamente com visitas a acervos do IPHAN e da Fundaj, além de uma visita *in loco* na velha fábrica para avaliar a situação

atual do complexo, na qual foi possível obter uma planta original do conjunto fabril.

O terceiro capítulo, "A fábrica e a memória", discute os conceitos de memória coletiva (BOSI, 1994; HALBWACHS, 2006) e valor afetivo (MENESES, 1992), aplicando-os ao caso de Moreno e analisando as implicações do abandono da fábrica para a identidade da cidade. O valor afetivo, segundo Meneses (1992), está diretamente ligado à memória, à autoimagem e à identidade coletiva. Esse conceito entrelaça-se com a história do lugar não apenas sob a ótica de um historiador, mas a partir da perspectiva da população, que enxerga o bem como um mediador concreto no processo de rememoração e fortalecimento identitário. Para explorar essa relação, foram aplicados formulários a indivíduos com vínculos com a cidade, além de entrevistas com antigos operários da SCBB. Também foi elaborado um mapa esquemático do complexo fabril para compreender melhor sua organização interna, complementado pelo cruzamento de registros históricos e relatos sobre a memória do município.

Este trabalho visa aprofundar a compreensão do patrimônio industrial, destacando-o não apenas como um elemento material, mas também como uma peça fundamental da formação identitária de uma comunidade. Ao abordar a antiga fábrica da *Société Cotonnière Belge-Brésilienne*, a pesquisa apresenta uma análise crítica sobre a disparidade entre as políticas de conservação existentes e a aplicação prática de medidas de preservação desse patrimônio. Através da exploração da dimensão das relações afetivas e simbólicas que os moradores atribuem a esses espaços, o estudo busca contribuir para a ampliação do entendimento sobre o impacto do patrimônio industrial nas relações sociais e urbanas, enfatizando a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, que não apenas reconheçam, mas, também, integrem esses bens ao contexto urbano atual, assegurando sua preservação como parte essencial do legado cultural e social das cidades.

# cap. 01

NOVOS  
OLHARES  
SOBRE O  
PATRIMÔNIO  
INDUSTRIAL

A preservação do patrimônio cultural brasileiro é um tema amplamente debatido, tanto no campo acadêmico quanto nas políticas públicas de conservação. No entanto, o reconhecimento do patrimônio industrial como uma categoria relevante dentro desse universo é um fenômeno relativamente recente. Embora as práticas de preservação tenham se consolidado a partir do século XVIII, impulsionadas pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial (KHÜL, 2008), foi apenas no final do século XX e início do século XXI que esse tipo de patrimônio passou a ser amplamente reconhecido e protegido por organismos internacionais. Esse reconhecimento não se limita apenas à materialidade das antigas estruturas industriais, mas também aos seus aspectos intangíveis, como os saberes técnicos e as relações sociais dos trabalhadores que nelas atuaram.

O Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) tem desempenhado um papel essencial na formulação de diretrizes para a preservação desse patrimônio, contribuindo para sua valorização em escala global. A Carta de Nizhny Tagil (2003), um dos principais documentos sobre o tema, define o patrimônio industrial como um conjunto de edifícios, maquinaria, infraestrutura e meios de transporte associados, destacando sua importância histórica, social, arquitetônica e tecnológica. Já os Princípios de Dublin (2011) ampliam essa compreensão ao enfatizar a necessidade de considerar não apenas os elementos físicos, mas também os aspectos imateriais e a memória coletiva dos trabalhadores que vivenciaram o processo de industrialização.

No Brasil, a visão sobre o que constitui patrimônio cultural vem sendo ampliada ao longo do tempo. Quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado, em 1937, o conceito de patrimônio era definido pelo Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25 como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, art. 1). Essa concepção, fortemente enraizada na valorização da arquitetura colonial, predominou por décadas (NASCIMENTO, 2011 apud SALVATTORE, 2022).

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, o conceito de patrimônio foi ampliado, passando a incluir tanto bens materiais quanto imateriais, desde que portadores de referência à identidade, à memória e à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988, art. 216). No

entanto, apesar dessa ampliação teórica, a prática da preservação no Brasil continua profundamente influenciada pelo que se convencionou chamar de “caráter nacional” (NASCIMENTO, 2011 apud SALVATTORE, 2022). Essa visão tem privilegiado, historicamente, a arquitetura colonial, dificultando o reconhecimento de formas arquitetônicas que destoam desse modelo tradicional. Ainda na década de 1990, constata-se que 93,62% dos bens arquitetônicos e urbanísticos tombados no país possuíam características coloniais (RUBINO, 1996 apud MOTTA, 2020), evidenciando o desafio de incluir outros tipos de edificações nesse universo de proteção.

Essa resistência à ampliação do conceito de patrimônio é um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos bens industriais no Brasil. Beatriz Kühl (2010) destaca que essas estruturas enfrentam desafios como a monumentalidade de suas edificações, a obsolescência de seus usos originais e a pressão imobiliária sobre os espaços industriais desativados, a dimensão e a escala de seus objetos. Além disso, a falta de uma cultura consolidada de valorização do patrimônio industrial tem levado à destruição de importantes testemunhos da história econômica e social de diversas regiões.

Diante desse cenário, torna-se essencial repensar a preservação do patrimônio industrial, compreendendo-o não apenas como um conjunto de edificações, mas como parte fundamental da memória e da identidade cultural das cidades. Ao longo deste capítulo, serão abordados os conceitos e diretrizes que fundamentam a preservação do patrimônio industrial, sua relevância histórica e os desafios enfrentados para garantir sua proteção efetiva no Brasil e na Região Metropolitana do Recife.

## 1.1. Patrimônio Industrial

A partir do século XVIII, com o renascimento italiano, o Iluminismo e o avanço trazido pela Revolução Industrial, iniciou-se um processo gradual de transformação na forma de tratar o legado das gerações anteriores. A ideia de uma ruptura crescente entre os diferentes períodos históricos começou a ganhar força, o que resultou em uma mudança no entendimento do patrimônio (KÜHL, 2008). Nesse contexto, a preservação passou a ser orientada por razões culturais, científicas e éticas, enquanto questões práticas adquiriram um caráter mais indicativo do que determinante. Esse período foi

de fundamental importância por estabelecer as bases do conceito de preservação que conhecemos hoje (KÜHL, 2008).

Todavia, apenas no início do século XXI surgiram publicações, cartas e estudos desenvolvidos por diferentes autores com o propósito de fortalecer a inserção do patrimônio industrial no campo da conservação. O Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH) exerce um papel essencial desde a década de 1970, quando começou a atuar como uma organização internacional que se dedica ao estudo da arqueologia industrial, além de ser responsável pela proteção, promoção e interpretação do patrimônio ligado à atividade industrial.

Em julho de 2003, o TICCIH apresentou a Carta de *Nizhny Tagil* sobre o Patrimônio Industrial, um documento que ressalta a importância das produções resultantes da atividade industrial — como edificações, métodos de produção, maquinário e paisagens —, além de suas expressões materiais e imateriais, reconhecendo-as como passíveis de preservação, assim como qualquer outro bem cultural. Essa carta tornou-se a primeira referência internacional amplamente reconhecida para nortear ações de proteção e conservação do patrimônio industrial, tendo como base os princípios estabelecidos na Carta de Veneza de 1964.

Esse documento destaca a relevância dos bens materiais produzidos durante a industrialização e estabelece diretrizes para que os exemplares mais significativos desse período sejam devidamente protegidos e preservados:

“O Patrimônio Industrial compreende os vestígios da cultura que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação” (TICCIH, 2003).

A definição de patrimônio industrial é entendida, então, como “vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico” (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003) e os valores desse patrimônio, bem como o **social, científico e tecnológico, estético e histórico**. Posteriormente a carta defende que o patrimônio industrial deve ser considerado como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral, levando-se em consideração a sua natureza específica (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003). O documento também estabelece diretrizes para a

preservação e conservação desses bens, pautadas nos princípios de **mínima intervenção e reversibilidade**. Em outras palavras, o documento ressalta que as intervenções realizadas nos sítios industriais devem ser reversíveis e provocar o menor impacto possível. Alterações inevitáveis devem ser devidamente documentadas, e os elementos significativos que podem vir a ser removidos devem ser inventariados e armazenados em local seguro, garantindo a preservação da memória material do bem. Além disso, reforça a importância de tornar esse patrimônio acessível à sociedade por meio de ações educativas e do comprometimento do poder público, uma vez que "o interesse e a dedicação do público pelo patrimônio industrial e a valorização de seu significado são os meios mais eficazes para garantir sua preservação" (CARTA DE NIZHNY TAGIL, 2003).

Mais um documento importante para a conservação do patrimônio industrial são os Princípios de Dublin, elaborada em 2011 em parceria entre o TICCIH e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios). O documento estabelece quatro princípios fundamentais para a preservação desse patrimônio. O primeiro, "Estudar e compreender as estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais e seu valor patrimonial", destaca a importância do conhecimento sobre estes bens para sua identificação, conservação e avaliação de seu significado histórico (PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2011). Já o segundo princípio, "Assegurar uma proteção eficaz e a conservação de estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais", enfatiza a necessidade de implementação de políticas, medidas legais e administrativas adequadas para garantir a proteção e a preservação desses espaços (PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2011).

"O patrimônio industrial é extremamente vulnerável e está em risco constante, sendo frequentemente perdido não só pela falta de conscientização, documentação, reconhecimento ou proteção, mas também pelas mudanças de tendências econômicas, percepções negativas, questões ambientais ou por sua grande dimensão e complexidade" (PRINCÍPIO DE DUBLIN, 2011).

O terceiro princípio, "Conservar e manter as estruturas, sítios, áreas e paisagens de patrimônio industrial", estabelece orientações para intervenções e novos usos dessas estruturas históricas. Por fim, o quarto princípio destaca a importância de "apresentar e comunicar as dimensões e os valores patrimoniais de estruturas, sítios, áreas e paisagens industriais para aumentar a consciencialização pública e empresarial e apoiar a educação e a investigação", visando ampliar a conscientização da sociedade e do setor empresarial, além de fomentar a educação e a pesquisa.

Percebe-se, assim, que os documentos, cartas e publicações analisados convergem em aspectos essenciais sobre o patrimônio industrial e sua preservação, reconhecendo seu indiscutível valor histórico, tecnológico e arquitetônico. Além disso, ressaltam sua relevância como registro documental, de memória social e como um recurso educativo, contribuindo para o estudo tanto das técnicas e processos produtivos quanto das transformações sociais, políticas, espaciais e econômicas impulsionadas pela industrialização.

No livro “Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas teóricos de Restauro”, de 2009, Beatriz Kühl explora como os fundamentos teóricos do restauro podem ser aplicados às intervenções em bens industriais. A autora destaca a restauração como um “ato de cultura” e propõe uma abordagem criteriosa para as intervenções, considerando as especificidades do patrimônio arquitetônico da industrialização (KÜHL, 2009). O patrimônio industrial destaca-se pela sua diversidade, tanto no que diz respeito às suas funções quanto ao número de exemplos existentes. Ele engloba o patrimônio material e cultural, mas, também, preserva a memória dos trabalhadores que por muitos anos tiveram suas vidas marcadas pela realidade das fábricas e ferrovias. Refletir sobre esses espaços contribui para valorizar a memória operária, permitindo uma visão mais complexa do que a perspectiva simplificada frequentemente imposta pelo capitalismo, que tende a reduzir a história dos operários, ignorando o contexto social e cultural presente nas fábricas.

Kühl (2010) destaca que a Carta de *Nizhny Tagil*, ao conceituar o patrimônio industrial, não abarca sua dimensão intangível, que se manifesta no saber técnico (*know-how*), nas memórias e na vivência social dos trabalhadores e suas comunidades. Essa dimensão, no entanto, é inseparável dos aspectos materiais, como edificações, sítios, documentos e maquinário. Essa lacuna é suprida pelo Princípio de Dublin (ICOMOS, TICCIH, 2011), que amplia a definição de patrimônio industrial ao reconhecer a necessidade de preservar tanto seus elementos físicos quanto sua dimensão imaterial. Assim, acrescenta ao conceito estabelecido pela Carta de *Nizhny Tagil* aspectos fundamentais como: (i) o conhecimento técnico; (ii) a organização do trabalho e das relações laborais; (iii) os elementos sociais e culturais das comunidades envolvidas. Além disso, propõe diretrizes para a proteção e conservação das estruturas e paisagens industriais, adotando uma abordagem mais abrangente e sistêmica.

O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, como processos industriais – se antigo ou moderno – depende de recursos naturais de matérias primas, rede de energia e transporte para produzir e distribuir produtos para o mercado exterior. Isto inclui ambos os bens ativos – imóveis e móveis -, e dimensões intangíveis tal como o conhecimento tecnológico, a organização de trabalho e empregados, e o legado de complexo social e cultural que formam a vida em comunidade e trazem maiores mudanças organizacionais para sociedades inteiras e o mundo em geral. (PRINCÍPIO DE DUBLIN, 2011).

De acordo com o Plan do Patrimônio Industrial de España (2011), o patrimônio industrial é definido como o conjunto de bens materiais e imateriais ligados à cultura do trabalho, originados das atividades de extração, transformação, transporte, distribuição e gestão impulsionadas pelo sistema econômico resultante da Revolução Industrial. Esses elementos devem ser compreendidos de forma integrada, abrangendo a paisagem na qual estão inseridos, as relações industriais que os estruturam, as edificações que lhes conferem identidade, às técnicas empregadas nos processos produtivos, os arquivos documentais gerados ao longo das atividades e as práticas simbólicas a eles associadas.

O conceito de patrimônio industrial, conforme apresentado pela Carta de Nizhny Tagil (TICCIH, 2003) e pelos Princípios de Dublin (2011), destaca que o legado industrial inclui não apenas uma vasta gama de bens materiais relacionados à tecnologia, engenharia, arquitetura e urbanismo, mas também sua dimensão intangível, expressa nas memórias e nas experiências sociais dos trabalhadores e suas comunidades. No entanto, a abordagem institucional brasileira e a forma como a sociedade tem tratado esse patrimônio têm se mostrado insuficientes, dado a complexidade funcional e estrutural desse legado. Como resultado, muitos elementos essenciais para a compreensão da rede industrial estão desaparecendo, incluindo artefatos que testemunham a memória social e o trabalho de grupos específicos, bem como a história da formação dos territórios. Kühl (1998) alerta para os impactos desses "apagamentos" históricos nas cidades e territórios, observando que o patrimônio industrial é particularmente vulnerável devido ao seu tamanho, à obsolescência e à falta de viabilidade econômica para sua preservação:

O patrimônio histórico que concerne à indústria é especialmente sensível por ocupar, geralmente, vastas áreas em centros urbanos e sua obsolescência e falta de rentabilidade tornam bastante delicada a questão de sua preservação. Desaparecem não apenas os edifícios industriais em

si, mas também os vestígios dos produtos ali fabricados, dos métodos de produção, das condições de trabalho e moradia do operariado, das relações sociais e espaciais em uma cidade ou região (KÜHL, 1998, p. 221).

O patrimônio industrial é, portanto, um reflexo de atividades que tiveram e continuam a ter grandes impactos históricos e locais. A razão pela qual se justifica a proteção desse patrimônio está essencialmente ligada ao seu valor universal, e não apenas à singularidade de determinados locais excepcionais. Ele possui valor social por ser um registro da vida de trabalhadores comuns, o que confere um importante sentimento de identidade a essas pessoas. No campo da indústria, engenharia e construção, o patrimônio industrial apresenta não apenas um valor científico e tecnológico, mas também pode ser valorizado esteticamente, devido à sua arquitetura, design ou concepção (AZEVEDO, 2010). Esses valores estão intrinsecamente ligados aos próprios locais industriais, suas estruturas, seus componentes, sua maquinaria, sua paisagem, documentação, além dos registros intangíveis presentes na memória dos trabalhadores e suas tradições.

A preservação do patrimônio industrial depende da manutenção de sua integridade funcional, por isso, as intervenções em um sítio industrial devem procurar, na medida do possível, preservar a integridade e a autenticidade. A autenticidade e o valor de um sítio industrial podem ser drasticamente diminuídos se a maquinaria ou outros componentes essenciais forem removidos ou se elementos secundários que fazem parte do conjunto forem destruídos (AZEVEDO, 2010).

## 1.2. Desafios de reconhecimento do patrimônio

Para além das diretrizes estabelecidas em cartas e documentos para o manejo do patrimônio industrial, é possível perceber a dificuldade na defesa e conservação desse patrimônio, muitas vezes marcada pela falta de entendimento sobre seu valor cultural e por abordagens de intervenção focadas em critérios funcionais e lucrativos. Manoela Rufinoni (2009) analisa a complexidade desse tipo de patrimônio, ressaltando que a compreensão de suas particularidades deve anteceder qualquer ação de modificação sobre o objeto. A autora aponta que os principais obstáculos na intervenção em áreas industriais incluem a grande extensão dos complexos, a

dificuldade em compreender as dinâmicas dos espaços construídos e a resistência em reconhecê-los como bens culturais, entre outros fatores. Rufinoni (2009) também enfatiza que esse tipo de intervenção exige um entendimento minucioso dos artefatos em várias escalas, considerando “as especificidades compositivas de cada edifício ou equipamento, suas interações com o local onde estão situados e as relações desse local com o bairro ao redor e com a própria cidade.”

Embora ao longo dos anos o conceito de *bem cultural* tenha se expandido, englobando não apenas obras de arte, mas também outros bens passíveis de preservação, como a arquitetura industrial recente, Beatriz Kühl (2013), em seu livro *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*, analisa os avanços nas pesquisas e debates no campo da preservação e restauro têm influenciado a prática de conservação do patrimônio arquitetônico industrial. A autora observa que a preservação efetiva desses bens é prejudicada principalmente pela ausência de princípios teóricos tanto nos escritos quanto na prática dessa área, e destaca ainda que, no que se refere à arquitetura recente, há um padrão de tratar a preservação desses bens fora do escopo disciplinar do restauro, o que resulta em ações pragmáticas motivadas por fatores como uso, especulação imobiliária, questões políticas, vaidades e falta de conhecimento, sem o devido reconhecimento do valor cultural desses bens, como proposto por correntes teóricas contemporâneas. Esse posicionamento ignora séculos de experiência no campo da preservação, fazendo com que se retorne a um caminho empírico, criando soluções inadequadas e promovendo destruições e distorções dos documentos históricos (KUHL, 2008).

Além disso, Ângela Rösch Rodrigues e Mônica Junqueira de Camargo, em sua publicação *O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo* (2010), identificam como uma grande dificuldade na preservação do patrimônio industrial a falta de reconhecimento do valor histórico e artístico das construções mais recentes. Os edifícios industriais, devido às suas características espaciais, como a amplitude e a versatilidade, possuem grande potencial de reutilização (RODRIGUES; CAMARGO, 2010). A isso se soma o valor imobiliário dessas grandes áreas de terra, frequentemente situadas em locais estratégicos com infraestrutura adequada, o que as torna alvo de especulação econômica. Como resultado, esses bens estão mais suscetíveis a intervenções que priorizam questões

econômicas e funcionais, negligenciando, muitas vezes, seu valor cultural, social e documental. Além disso, Cordeiro (2011) destaca:

“...a reutilização do patrimônio industrial tem constituído uma das soluções encontradas para o problema da sua salvaguarda. A conjugação da engenharia e arquitetura, altamente desenvolvidas nas últimas décadas, com as características particulares das edificações industriais (construção sólida e amplos espaços interiores) oferece um enorme leque de possibilidades para a preservação desse tipo de patrimônio.” (CORDEIRO, 2011).

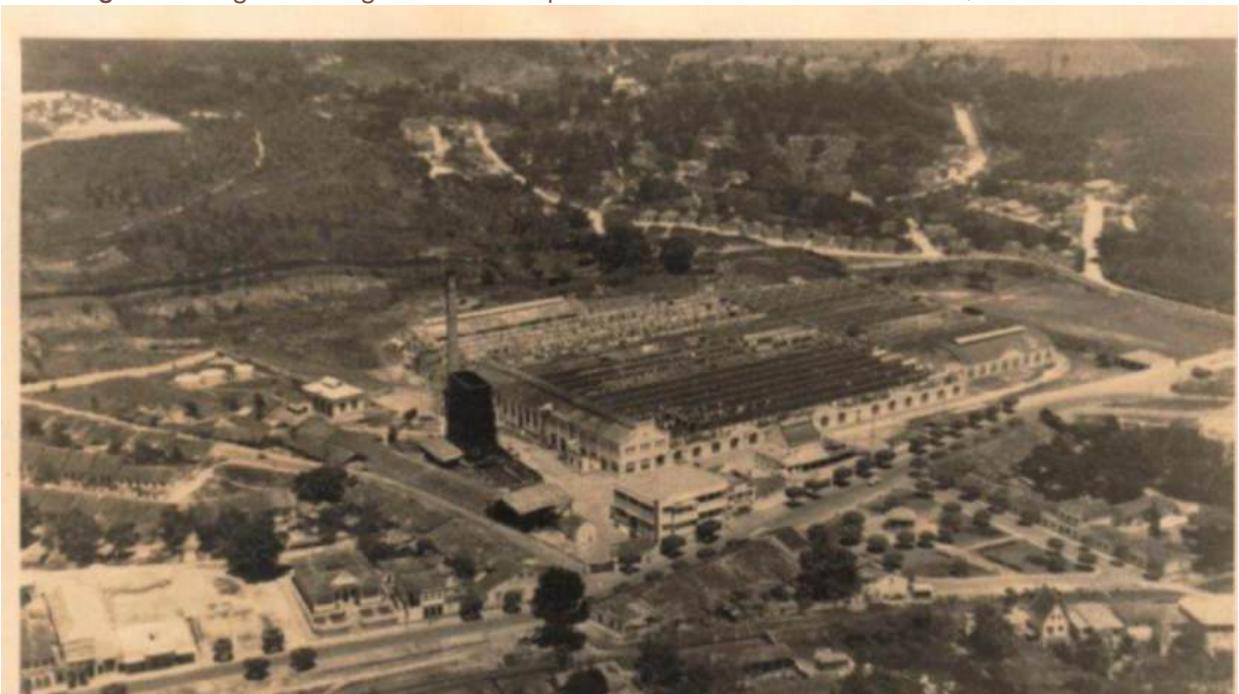
Kuhl (2006) afirma que: “distintas formas de perceber os monumentos históricos devem coexistir”. A preservação do patrimônio não deve ser motivada pelo seu valor financeiro ou pela possibilidade de reaproveitá-lo para outros usos, mas sim pelo reconhecimento de seu valor cultural intrínseco. Esse valor se manifesta de diversas formas, e mesmo quando um bem não é classificado como uma "obra de arte", ele pode possuir um significado histórico e cultural que justifica sua preservação. O reconhecimento desses valores torna os bens dignos de medidas de proteção, para que possam ser transmitidos às gerações futuras. Portanto, são esses os critérios fundamentais que devem guiar as decisões sobre o patrimônio, assegurando que sejam tomadas com base em um entendimento profundo e respeitoso de sua importância. Embora possam surgir conflitos sobre o que preservar, isso não deve implicar que uma solução adequada seja impossível de ser alcançada. Em vez de adotar uma abordagem rígida, que resulte na conservação de tudo sem distinção ou na destruição indiscriminada de qualquer vestígio do passado, é essencial adotar uma postura mais responsável e fundamentada. A conservação do patrimônio deve ser realizada de forma cuidadosa, considerando o valor cultural de cada bem e não se deixando guiar apenas por questões práticas ou de conveniência.

É importante compreender também que todas as épocas e fases da produção humana possuem interesse histórico e merecem ser estudadas e protegidas. No entanto, essa necessidade de estudo e tutela não se traduz automaticamente na preservação de todos os vestígios materiais ou imateriais deixados pelo passado. O processo de tomada de decisão, portanto, não deve ser baseado em preferências pessoais ou caprichos, mas em um estudo consciente, realizado por equipes multidisciplinares, que incorporem diversas áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, história geral, história da arte e arquitetura, estética, e outras ciências (KUHL, 2006). O objetivo final é que o patrimônio, seja ele material ou imaterial, seja protegido de maneira a assegurar a continuidade do conhecimento e das experiências

culturais que ele representa, respeitando sua importância histórica e seu valor para as futuras gerações. Assim, ao invés de decisões impulsivas ou sem reflexão, a preservação deve ser um processo consciente, baseado no respeito pela história e pelo legado cultural.

Na Região Metropolitana do Recife, é possível identificar diversos exemplos dos desafios enfrentados na preservação do patrimônio industrial, como é o caso do Cotonifício Moreno S.A., antiga fábrica belga *Société Cotonnière Belge Brésilienne*, localizada na cidade de Moreno, que constitui o objeto empírico de estudo deste trabalho (Imagen 01).

**Imagen 01:** Registro fotográfico do complexo fabril da SCBB visto de cima, anos 50.



**Fonte:** Página Moreno Antigo.

Além deste, outros exemplos significativos incluem o Cotonifício da Torre e o Cotonifício Othon Bezerra de Melo, ambos situados na cidade do Recife. Esses complexos fabris, dentre muitos outros relevantes para o estado, desempenharam um papel crucial como produtores de tecido, além de serem motores de desenvolvimento urbano para suas respectivas regiões. O patrimônio industrial relacionado a essas fábricas não apenas reflete a importância histórica e econômica do setor têxtil em Pernambuco, mas também exemplifica a complexidade da preservação de bens que, ao longo do tempo, tornaram-se elementos fundamentais do crescimento e da transformação urbana da região.

A Tabela 01 elaborada por Balbino (2019) reúne diversos núcleos fabris que compõem o patrimônio industrial de Recife e da região metropolitana, destacando informações como período de funcionamento, relevância histórica, influência no desenvolvimento local e a situação atual desses complexos, considerando aspectos como estado de conservação, existência de legislação específica e projetos vigentes. Para fins deste trabalho, foi necessário ajustar a seleção das fábricas apresentadas na tabela original. Dois exemplos foram removidos – a fábrica de Camaragibe e a do Tacaruna – devido a critérios específicos de recorte. Por outro lado, a antiga sede da SCBB, em Moreno, foi acrescentada, cuja relevância para a configuração urbana e memória coletiva da cidade constitui o foco central desta pesquisa. Além disso, manteve-se a fábrica de Paulista, resultando, assim, em uma tabela adaptada que configura duas fábricas situadas em municípios da Região Metropolitana do Recife (Moreno e Paulista) e de outras duas localizadas na capital pernambucana (Macaxeira e Torre).

**Tabela 01:** Comparativo entre alguns dos núcleos fabris da RMR.

LOCALIZAÇÃO	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO	TIPO DE PRODUÇÃO	INFLUÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
1. MORENO	1907 - 1976	TÉXTIL	MUNICIPAL, INFLUENCIA DIRETA NA URBANIZAÇÃO DA CIDADE.	INSERIDO NA CEPC, PROTEGIDO A NIVEL MUNICIPAL, SE ENCONTRA EM PROCESSO DE ARRUINAMENTO.
2. PAULISTA	1893 - 1983	TÉXTIL	MUNICIPAL, INFLUENCIA DIRETA NA URBANIZAÇÃO DA CIDADE.	HOJE SHOPPING NORTH WAY; CHAMINÉ, CRUZEIRO, CASA DE ADMINISTRAÇÃO E HABITAÇÕES OPERARIAS TOMADAS A NIVEL ESTADUAL.
3. MACAXEIRA	1895 - 1992	TÉXTIL	LOCAL, INFLUENCIA DIRETA NA URBANIZAÇÃO DO BAIRRO.	HOJE PARQUE DA MACAXEIRA, INTERVENÇÃO A NIVEL PAISAGÍSTICO E ARQUITETÔNICO REALIZADO EM 2012.
4. TORRE	1874 - 1982	TÉXTIL	LOCAL, INFLUENCIA DIRETA NA URBANIZAÇÃO DO BAIRRO.	TERRENO PERFECCENTE AO BANORTE; POSSUI UM PEDIDO DE TOMBAMENTO VIGENTE.

**Fonte:** Balbino (2019) alterado pela autora.

Complementando a análise, a Tabela 02 exibe imagens comparativas, ilustrando as transformações ocorridas em cada núcleo fabril ao longo do tempo. Por meio desses registros, é possível visualizar não apenas a transformação arquitetônica e urbanística, mas também os impactos das mudanças socioeconômicas e políticas sobre esses espaços. Enquanto algumas estruturas foram adaptadas a novos usos, outras estão em arruinamento e outras sofreram descaracterização ou até mesmo completa

demolição, evidenciando diferentes abordagens em relação à conservação do patrimônio industrial. Essa comparação permite compreender melhor os processos de valorização, abandono ou ressignificação desses antigos complexos fabris.

**Tabela 02:** Imagens comparativas dos núcleos fabris da RMR.

REGISTROS HISTÓRICOS	SITUAÇÃO ATUAL
<p><b>Imagen:</b> Société Cotonnière Belge Brésilienne</p>  <p><b>Fonte:</b> Acervo da FUNDAJ.</p> <p><b>Imagen:</b> Companhia de Tecidos Paulista.</p>  <p><b>Fonte:</b> Prefeitura do Paulista.</p> <p><b>Imagen:</b> Cotonifício Othon Bezerra de Melo</p>  <p><b>Fonte:</b> Página Recife de Antigamente.</p> <p><b>Imagen:</b> Cotonifício da Torre.</p>  <p><b>Fonte:</b> Acervo da FUNDAJ.</p>	<p><b>Imagen:</b> Situação atual da velha fábrica.</p>  <p><b>Fonte:</b> da autora, 2024.</p> <p><b>Imagen:</b> Shopping North Way.</p>  <p><b>Fonte:</b> Gazeta de Pernambuco, 2024.</p> <p><b>Imagen:</b> ETE Miguel Batista.</p>  <p><b>Fonte:</b> Página ETE Miguel Batista.</p> <p><b>Imagen:</b> Situação atual da antiga fábrica.</p>  <p><b>Fonte:</b> Caderno Recifense, 2012.</p>

**Fonte:** Balbino (2019) alterado pela autora.

A Companhia de Tecidos Paulista estabeleceu-se em 1893 nas terras do antigo Engenho Paulista, onde hoje se localiza o município de Paulista. Sua primeira unidade

fabril, a Fábrica Arthur, popularmente conhecida como "Fábrica Velha", marcou o início das operações industriais na região. Posteriormente, foi construída a Fábrica Aurora, expandindo a capacidade produtiva da companhia. Durante grande parte de sua história, a empresa esteve sob a administração da família Lundgren, que não apenas investiu no crescimento da indústria têxtil, mas também na criação de moradias para os operários, promovendo a formação de um núcleo fabril estruturado na localidade (SOUZA, 2013).

Em 1978, o Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Planejamento e da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR). O plano surgiu como resposta à crescente destruição do patrimônio cultural urbano, resultante de intervenções urbanísticas que, ao longo dos anos, promoveram demolições sucessivas e irreversíveis (FIDEM, 1978, p. 9).

Como parte desse levantamento, os sítios históricos foram organizados em sete categorias: sítios tombados, conjuntos antigos, edifícios isolados, povoados antigos, sedes de engenhos, ruínas e vilas operárias. A inclusão das vilas operárias como uma categoria específica representou um avanço significativo, pois não apenas reconheceu sua importância enquanto produto da iniciativa industrial, mas também ressaltou o valor singular de suas soluções arquitetônicas (FIDEM, 1978, p. 20).

Na Região Metropolitana do Recife, foram identificadas cinco vilas operárias: as Vilas Operárias, oficina e estação ferroviária de Jaboatão; a Vila Operária de Pontezinha; as Vilas Operárias do Cotonifício de Moreno, que será aprofundada nos próximos capítulos; as Vilas Operárias de Paulista; e o Cotonifício Camaragibe. Para cada uma dessas localidades, o plano apresentou um inventário detalhado, contendo um breve histórico, uma análise das condições de conservação das edificações e diretrizes para sua proteção. Essas diretrizes foram organizadas em Zonas de Preservação Rigorosa (ZPRs) e Zonas de Preservação Ambiental (ZPA) (FIDEM, 1978, p. 20).

Apesar do reconhecimento da importância dessas vilas operárias e da tentativa de salvaguardar sua configuração urbana, o plano adotou uma abordagem fragmentada, sem considerar plenamente a complexidade dos núcleos industriais aos quais pertenciam. A delimitação das vilas desconsidera elementos essenciais para sua

integridade e autenticidade, excluindo áreas centrais que tiveram papéis fundamentais na vida dos trabalhadores. Equipamentos comunitários, como igrejas, farmácias, policlínicas e praças, além das próprias fábricas, ficaram de fora da definição das vilas operárias, comprometendo a leitura do conjunto e sua relação com o processo industrial que lhes deu origem (SOUZA, 2013).

Em 2003, foi adotada uma nova medida para a preservação dos remanescentes da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), com a instituição dos Imóveis Especiais de Preservação (IEPs), estabelecida pela Lei Nº 3772/2003, que regulamenta o Uso e Ocupação do Solo no município de Paulista. Três anos depois, a Lei Nº 3.921/2006 especificou os critérios para a classificação dos IEPs, definindo-os como edificações isoladas ou conjuntos arquitetônicos de valor histórico, artístico e/ou cultural para a cidade. Com esse reforço em relação ao papel da arquitetura na representação dos valores históricos, artísticos e culturais, foram reconhecidos 20 imóveis no município de Paulista. Entre eles, sete construções erguidas pela família Lundgren se destacam na área central do antigo núcleo fabril, incluindo a “Casa-Grande e o Jardim do Coronel”, a “Igreja de Santa Isabel”, a “Fábrica Aurora – Chaminés”, a “Fábrica Arthur – Cruzeiro e chaminés Prédio Administrativo”, o “Prédio da 1ª Loja de Tecidos Paulista”, o “Prédio do INSS” e a “Casa de Saúde e Maternidade Chalé II” (SOUZA, 2013).

Em 2010, teve início o processo de tombamento estadual das três chaminés da Fábrica Aurora e da única chaminé da Fábrica Arthur. No entanto, já existia um projeto para a área que previa a construção de um grande complexo comercial no terreno da antiga Fábrica Arthur e seu entorno, incluindo shopping, centro empresarial, hotel e complexo hospitalar. Em 2015, a primeira etapa do *North Way Shopping Paulista* foi concluída exatamente no local onde antes funcionava a Fábrica Velha (BALBINO, 2019). A imagem 02 evidencia o resultado do projeto, onde se percebe a falta de integração entre os elementos remanescentes e a nova edificação.

**Imagen 02:** North Way Shopping Paulista, inaugurada em 2015.



**Fonte:** Página do North Way Shopping.

Esse cenário exemplifica mais um caso de intervenção em patrimônio fabril que negligencia seu valor cultural, artístico e histórico, priorizando aspectos econômicos e funcionais. Dessa forma, a intervenção distancia-se dos princípios conservacionistas contemporâneos, que buscam preservar a autenticidade e a memória dos bens patrimoniais.

"As cidades brasileiras, e em Pernambuco não é diferente, têm sido reféns de megaprojetos que prometem desenvolvimento atropelando a legislação urbanística e ambiental [...]. São projetos que geralmente ampliam a exclusão social, criando redutos de riqueza segregados do tecido urbano preexistente, e que se apoiam em paradigmas arcaicos de urbanismo, como o da mobilidade rodoviária e carrocentrada ou dos condomínios apartados do convívio social, cercados de desertos urbanos" (ALVES, 2014, apud BALBINO, 2019).

A Fábrica de Paulista foi escolhida como objeto de análise por evidenciar um problema recorrente nas intervenções em patrimônio industrial: a ausência de uma visão holística e integradora. A escala e a dimensão de complexos como o da antiga Companhia de Tecidos Paulista configuraram uma rede de elementos interligados, tanto no aspecto físico quanto social. No entanto, as intervenções realizadas, como as observadas no processo de revitalização da área da fábrica, mostram uma desconexão entre os remanescentes fabris e as novas construções, refletindo a ausência de uma abordagem integrada. Elementos significativos, como as chaminés e os edifícios

administrativos, são preservados de maneira totalmente desconexa e isolada, sem levar em conta sua relação com o conjunto fabril e o impacto da sua exclusão no entorno urbano. Essa intervenção desarticulada contrasta com os princípios das Cartas de Preservação, como a Carta de Nizhny Tagil (2003), que defende abordagens que respeitem a integridade dos sítios industriais, garantindo mudanças mínimas e reversíveis. A preservação da identidade do local deve ser prioritária, reconhecendo que muitos processos industriais deixam uma marca única no espaço, o que contribui para seu valor cultural e histórico.

Assim, intervenções como essa devem buscar integrar os elementos, respeitando sua complexidade e o valor simbólico que possuem para a localidade. Sendo esse um princípio essencial para evitar que a memória do patrimônio industrial seja apagada em nome de interesses econômicos e urbanos, como frequentemente ocorre em projetos de grande escala que desconsideraram as necessidades de preservação e a integração do patrimônio no contexto urbano já existente.

# cap.

# 02

A CIDADE E A  
FÁBRICA

O município de Moreno, localizado na região metropolitana do Recife, possui uma história profundamente marcada pela interação entre a agricultura e a indústria. No século XIX, o acesso à região era predominantemente realizado por trilhas e caminhos que acompanhavam os cursos d'água, com destaque para o Rio Jaboatão, que, até então, desempenhava um papel essencial no transporte de mercadorias para o Recife e seu porto (CUNHA, 1977). A construção das primeiras ferrovias no Brasil foi determinante para a integração da região com o mercado, permitindo que a economia local, voltada inicialmente para a produção açucareira, se modernizasse e passasse a atender a novas demandas (MEDEIROS, 2018).

A chegada da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (EFCP) e a construção da estação ferroviária em Moreno marcaram a transformação da cidade em um importante centro de comércio e transporte. Entre 1881 e 1884, a proposta de construção de uma estação ferroviária no município, que inicialmente enfrentou resistência, consolidou-se com a instalação da linha que ligava Recife a Caruaru. A ferrovia não só facilitou o transporte de passageiros, como também teve um impacto significativo no escoamento da produção agrícola da região, especialmente do açúcar, que dominava a economia local (CUNHA, 1977).

A história do município de Moreno remonta ao início da colonização do Brasil, no século XVI, e é marcada por uma forte presença indígena e a posterior instalação de engenhos na região. O território que hoje compõe o município foi, originalmente, habitado pelos índios Caetés. Contudo, em 1550, os Caetés foram dizimados e escravizados pelos portugueses, sob as ordens de Jerônimo de Albuquerque. Com o fim da resistência indígena, as terras do Vale do Rio Jaboatão começaram a ser distribuídas em sesmarias, e foi nesse período que se iniciaram as primeiras plantações de cana-de-açúcar. Os primeiros engenhos a se instalar na região de Moreno foram o São Braz, Gurjáu de Cima, Gurjáu de Baixo, Carnijó, Nossa Senhora da Conceição (atualmente conhecido como Catende) e Nossa Senhora da Apresentação. Este último, que possuía uma propriedade significativa, foi adquirido em 1616 por Baltazar Gonsalves Moreno, após ser vendido pelo judeu Carlos Francisco Drago. A partir dessa transação, o engenho passou a ser denominado Morenos, e esse nome perdurou, dando origem à designação do município de Moreno (CUNHA, 1977).

Contudo, a transição de uma economia centrada no açúcar para a indústria têxtil tornou-se um marco na história de Moreno. A chegada da Société Cotonnière Belge-

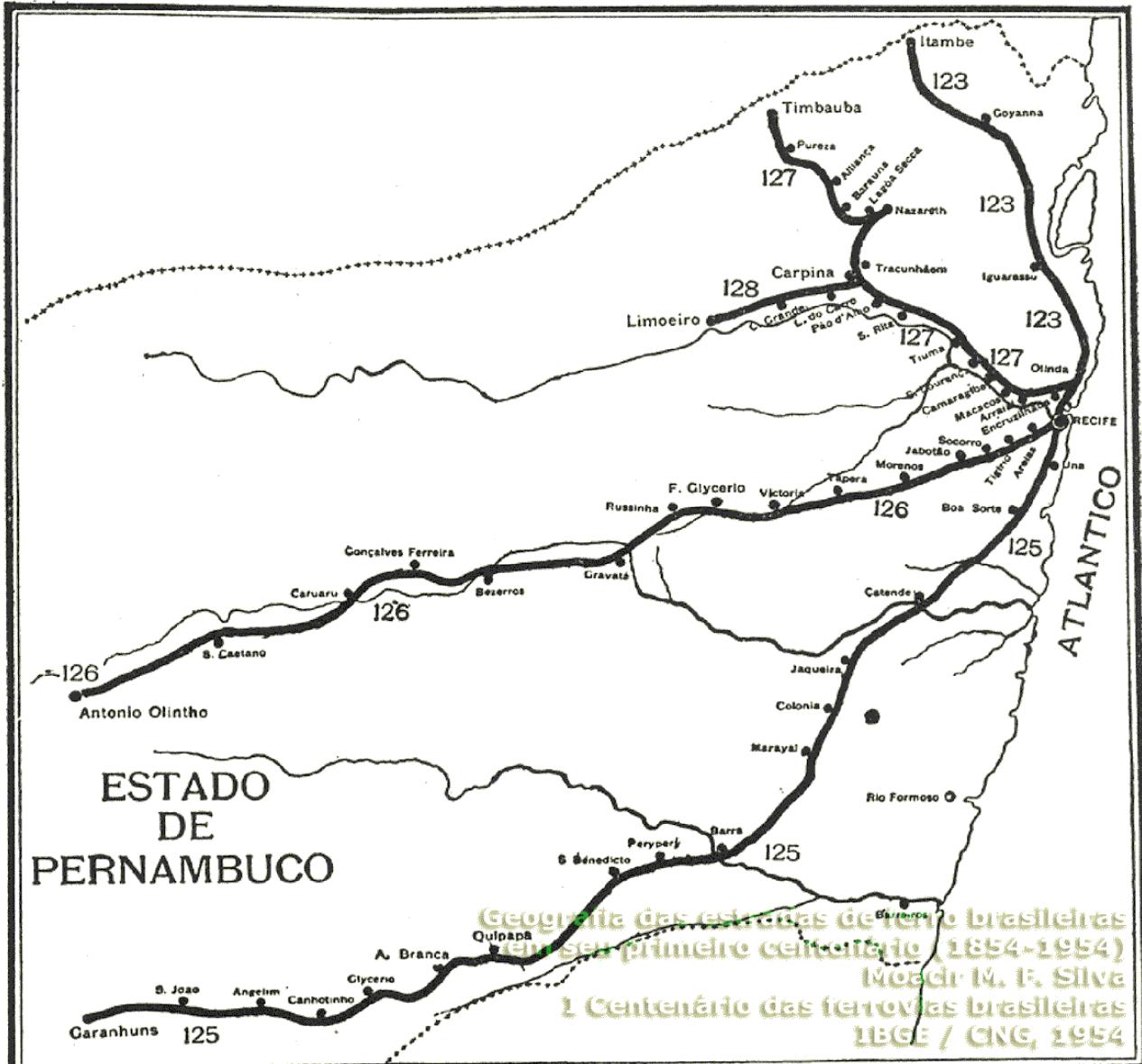
Brésilienne, em 1907, e a instalação de um complexo industrial de grande porte, com a construção de uma vila operária, impulsionaram a urbanização e o crescimento do município, trazendo consigo uma nova dinâmica econômica e social. A evolução do território de Moreno, de um centro agrícola voltado para o cultivo de cana-de-açúcar, para um polo industrial têxtil, reflete as profundas transformações que o município experimentou ao longo do tempo (ARCOVERDE, 2014).

Este capítulo aborda a formação territorial de Moreno, destacando o impacto da chegada da ferrovia e, posteriormente, da indústria têxtil no desenvolvimento da cidade. A interação entre a ferrovia, a agricultura e a indústria têxtil não apenas transformou o panorama econômico, mas também reconfigurou as relações sociais e o próprio espaço urbano. O legado dessas transformações ainda é visível nos equipamentos remanescentes, nas dinâmicas socioeconômicas e nas questões urbanísticas atuais.

## 2.1. A Estrada de Ferro Central de Pernambuco

Até o século XIX, o acesso à região a oeste da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão dava-se por meio de trilhas abertas nas matas ao longo dos cursos d'água, que conduziam até a foz do Rio Jaboatão, em Barra de Jangada, de onde as mercadorias eram escoadas para o Recife e seu porto (MEDEIROS, 2018). A construção da primeira estrada de ferro brasileira, inaugurada em 1854 entre Petrópolis e o Rio de Janeiro sob a direção do Barão de Mauá, marcou o início da expansão ferroviária no Brasil. A segunda ferrovia do país foi construída em Pernambuco a partir de 1855 pela companhia inglesa *Recife and São Francisco Railway Company Limited*, sendo inaugurado em 1858 o primeiro trecho ligando o Recife à Vila do Cabo. Essa ferrovia seguiu as rotas das estradas de rodagem existentes e atendeu principalmente às demandas da economia açucareira, que dominava a região (MEDEIROS, 2018). Em 1872, um grupo de investidores ingleses fundou a *Great Western of Brazil Railway Company Limited*, que obteve autorização do Império em 1873 para iniciar a construção da linha Recife – Limoeiro (Imagen 03).

Imagen 03: Mapa das linhas férreas em Pernambuco em 1898.



Fonte: IBGE | Centenário das ferrovias brasileiras, 1954.

Em 1884, a administração da *Great Western* propôs a construção de uma estação ferroviária na área conhecida como Ponto de Cana, no Engenho Moreno. No entanto, a família do Barão de Moreno recusou essa proposta e ofereceu aos ingleses um terreno alternativo, localizado entre os engenhos Bom-Dia e Xixaim (CUNHA, 1977). A linha foi inaugurada em 1881, e entre 1885 e 1896, a Estrada de Ferro Central de Pernambuco (EFCP) foi construída, ligando o Recife a Caruaru e passando por várias localidades ((MEDEIROS, 2018)). A estação foi construída nas terras do Engenho Catende, que viria a se tornar o centro comercial da Vila Nathan, nomeada em homenagem a Allan C. Nathan, administrador da fábrica de tecidos da SCBB.

Criada com o objetivo de otimizar o transporte de mercadorias e conectar os centros de produção ao porto do Recife, a ferrovia se tornou um vetor essencial para a circulação de insumos e produtos manufaturados, articulando diretamente a dinâmica industrial e comercial do estado. Além de transportar passageiros, a ferrovia também foi responsável pelo escoamento da produção agrícola, como açúcar, álcool, madeira e outros produtos, para os portos (MEDEIROS, 2018).

De acordo com a arquiteta Elissandra Magalhães, em entrevista concedida ao Portal da Cultura da FUNDARPE em 2021, a estação ferroviária foi o ponto de partida para a consolidação urbana de Moreno. Nesse contexto, a proximidade com a ferrovia desempenhou um papel estratégico na decisão dos executivos da *Société Cotonnière Belge Brésilienne* de estabelecer sua sede na localidade, conforme aponta Cunha (1977). A ferrovia não apenas facilitava o recebimento de matéria-prima e a distribuição da produção têxtil para os mercados consumidores, como também conferia maior competitividade ao empreendimento. Assim, sua presença foi determinante para a chegada da indústria à região, estruturando uma dinâmica territorial em que a produção e o escoamento se integravam de maneira eficiente.

Como consta no Inventário do Patrimônio Ferroviário em Pernambuco, do IPHAN, em 1948, após uma crise financeira, a *Great Western* foi absorvida pela União, transformando-se na Rede Ferroviária do Nordeste (RFN), que passou a administrar as ferrovias da região a partir de 1950. Em 1957, a RFN foi incorporada à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), uma estatal criada para integrar e desenvolver as ferrovias no Brasil. A expansão da RFN continuou, com a linha sendo estendida até Salgueiro, no sertão pernambucano, em 1963. No município de Moreno, o transporte de passageiros pela antiga EFCP foi gradualmente reduzido a partir da década de 1980, com a suspensão das linhas entre Recife e o interior, que passaram a operar apenas como trens de subúrbio entre Recife e Jaboatão, até a inauguração do Metrô do Recife em 1985. O tráfego de carga também foi diminuindo até ser encerrado em 1996, com o último comboio turístico, o Trem do Forró, circulando em 2000 (MEDEIROS, 2018). Com a falta de manutenção dos trilhos, a linha foi desativada e, desde 2007, os bens da extinta RFFSA, incluindo trilhos e estações, passaram a ser propriedade da União.

Atualmente, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é responsável pela gestão dos bens arrendados às concessionárias, enquanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) cuida da conservação dos bens

de valor histórico, artístico e cultural, uma vez que a ferrovia e suas estruturas remanescentes podem ser valoradas pelo órgão federal (Imagem 04). Além disso, esses bens configuram na lista de bens em processo de tombamento pelo Estado, por meio da inserção na categoria Tombamento Temático do Patrimônio Ferroviário Edificado no Território do Estado de Pernambuco da FUNDARPE, que abrange imóveis pertencentes ou que pertenciam à Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Dessa forma, cabe ao DNIT, ao IPHAN e à FUNDARPE garantir legalmente a preservação dos bens de interesse cultural em nível nacional e estadual.

**Imagem 04:** Estação ferroviária de Moreno nos anos 50.



**Fonte:** Blog A Centelha.

Em 2022, a estação ferroviária foi completamente restaurada, mas o pátio da estação foi cimentado e passou a funcionar como estacionamento e feira livre (Imagem 05) (PREFEITURA DE MORENO).

**Imagen 05:** Estação ferroviária reformada em 2022.

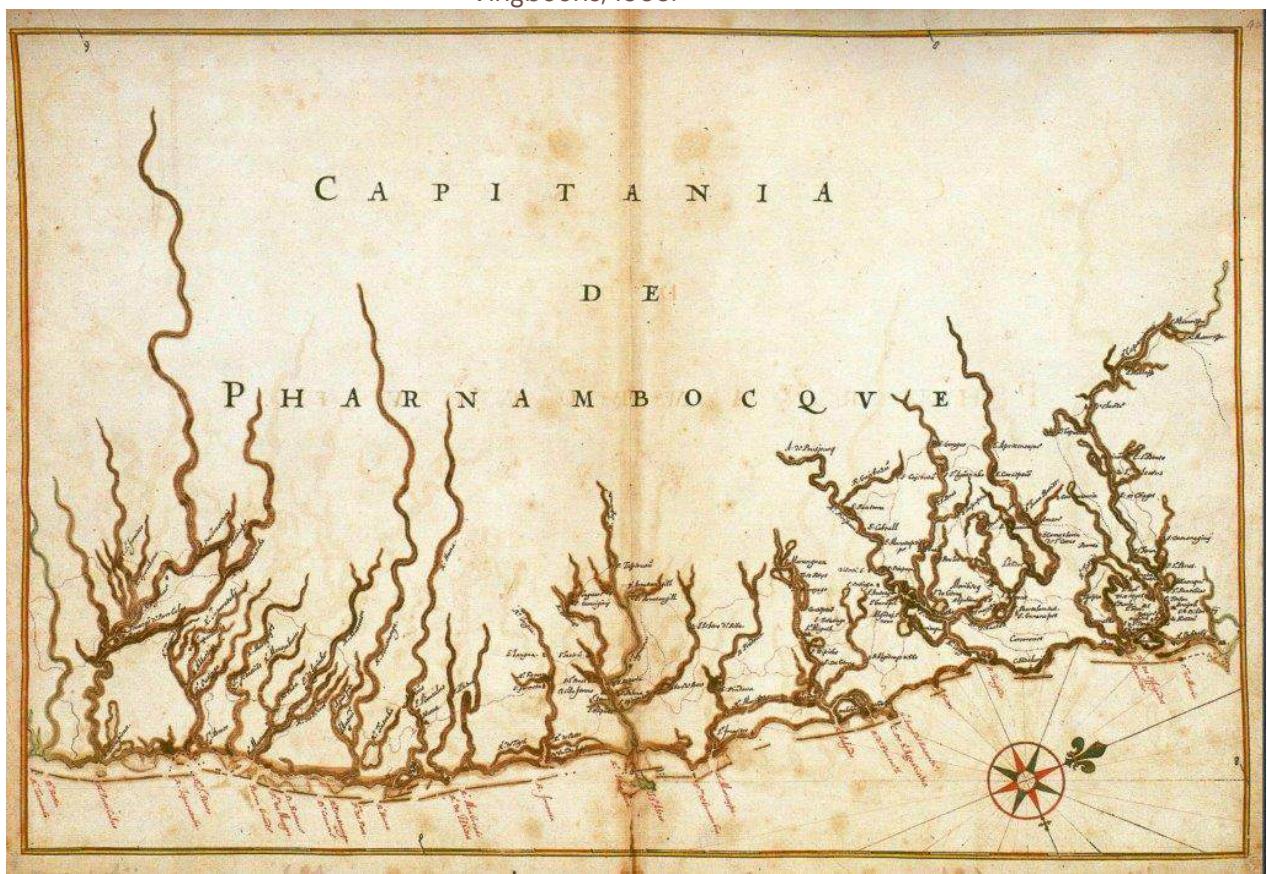


**Fonte:** Acervo digital de Léo Rodrigues.

## 2.2. Da cana de açúcar à industria têxtil

A história do estado está profundamente ligada à economia açucareira, como destaca Geraldo Gomes em *Engenho e Arquitetura* (1998), ao afirmar que “Pernambuco é o açúcar, desde muito cedo”. Situada a oeste da então Freguesia de Santo Amaro, nos limites da Zona da Mata pernambucana, a propriedade fazia parte da expansão da cultura canavieira na região (PREFEITURA DE MORENO). O engenho, batizado então como Nossa Senhora da Apresentação, mesmo nome de sua capela, já constava no mapa de 1665 da "Capitania de Pharmanbocque", elaborado pelo cartógrafo holandês Johannes Vingboons e atualmente preservado na Biblioteca do Vaticano (CUNHA, 1977). Ao longo dos séculos, passou por diferentes administrações e consolidou-se como um dos mais antigos da região, desempenhando um papel fundamental na economia açucareira local.

**Imagen 06:** Mapa da Capitania de Pharnambocque (Pernambuco) por Johannes Vingboons, 1665.



**Fonte:** Engenhos de Pernambuco, 2013.

A região onde hoje localiza-se o município de Moreno possui uma história ligada à ocupação da terra e à expansão da lavoura canavieira desde o período colonial. A distribuição de terras ao longo da ribeira do rio Jaboatão teve início em 1565, por meio das cartas de sesmaria, que incentivaram a fundação de engenhos de açúcar. No entanto, a ausência de registros no Livro de Sesmaria da Capitania de 1753 sobre o Engenho Nossa Senhora da Apresentação (posteriormente Engenho Moreno) dificulta a reconstrução detalhada de sua trajetória fundiária (CUNHA, 1977). Muitas doações de terras não eram devidamente documentadas e raramente seguiam as exigências de demarcação previstas nas Ordenações da época (RODRIGUES, 2013).

A transformação do povoado está diretamente relacionada ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e à ocupação das terras pelos irmãos Moreno (Imagen 07). Inicialmente chamado de Arraial de Catende, o município recebeu diferentes denominações ao longo do tempo, como Vila Nathan, Vila de Morenos e Cidade de Morenos, até assumir seu nome definitivo (CUNHA, 1977).

**Imagen 07:** Linha do tempo da evolução territorial e política da região.

**DO ENGENHO "CATENDE", IMPLANTADO ENTRE EXTENSOS CANAVIAIS FARFALHANTES, COM SEUS OITENTA E CINCO TRABALHADORES RURAIS, A UM DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA ÁREA METROPOLITANA DO RECIFE, COM POPULAÇÃO ALÉM DE QUARENTA MIL HABITANTES**

**POVOADO DE CATENDE**

Iniciado em 1907, com aquisição, pela SOCIÉTÉ COTONNIÈRE BELGE-BRÉSILIENNE S.A., por cento e cinquenta contos de réis, das terras (1.400 hectares) do Engenho CATENDE, de propriedade do

Cel. Antonio de Sousa Leão e de sua esposa, dona Leopoldina Mesquita de Sousa Leão, herdeiros do BARÃO DE MORENOS, que o comprara, em 1875, ao parente Tenente Coronel Antonio Pereira da Silva.

**VILA NATHAN**

Homenagem da fábrica de tecidos de algodão, inaugurada em 13 de maio de 1910, ao judeu Allen C. Nathan, um de seus diretores,

a quem foram outorgados poderes para dirimir dificuldades do momento, disponer e ultimar os trabalhos de implantação da unidade industrial belgo-brasileira.

**VILA DE MORENOS**

O distrito foi criado com a denominação de MORENOS, recebendo sua sede foros de Vila, por força da Lei Municipal N.º 126,

de 08 de março de 1920, figurando como distrito do Jaboatão.

**CIDADE DE MORENOS**

A Lei Estadual N.º 1.931, de 11 de setembro de 1928, assinada pelo então governador Estácio de Albuquerque Coimbra, criou o município de MORENOS, com território desmembrado do município do Ja-

boatão, e concedeu à sede municipal foros de cidade. O prefeito, sub-prefeito e componentes do legislativo foram empossados em 15 de novembro de 1928. Instalação oficial do novo município: 01 de janeiro de 1929.

**CIDADE DO MORENO**

Em virtude do Decreto-Lei No. 235, de 09 de dezembro de 1938, o município de MORENOS teve seu topônimo simplificado para MORENO. Ainda por efeito do Decreto-Lei No. 235, os distritos de Buscau e Tapera foram extintos e seus territórios anexados ao do MORENO (distrito sede).

A propósito da simplificação do topônimo, convém salientar que o então deputado estadual e historiador Mário Melo implicou com o nome do novo município MORENOS. Andou de Seca a Meca, esbravejou através da imprensa e Assembleia Le-

gislativa, chateando meio mundo, até que surgiu o Decreto-Lei No. 235, sob a alegação de que um dos principais proprietários do Engenho do Barão chamava-se Baltazar Gonçalves Moreno, que Antonio Rodrigues Moreno pertencia à CASA DO MORENO, de Panafiel, onde nasera Domingos de Sousa Leão, o primeiro da família que veio para Pernambuco, em fins do século XVII, indo residir na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. Do seu único filho, outro Domingos de Sousa Leão, descendeu João de Sousa Leão, que foi pai de Felipe de Sousa Leão e avô de Antônio de Sousa Leão (BARÃO DE MORENOS).

**Fonte:** Livro Moreno 50 anos, 1977.

Em seu livro “Açúcar: riqueza e arte em Pernambuco” (2022), Fernando Guerra de Souza destaca, entre as construções históricas da região, a casa-grande do Engenho Moreno, como um dos mais notáveis solares do Brasil (Imagen 08).

**Imagen 08:** Solar Souza Leão no Engenho Moreno.



**Fonte:** Blog Engenhos de Pernambuco, 2013.

Hoje conhecida como “Solar Souza Leão”, foi construída em meados do século XIX, sua arquitetura de influência portuguesa apresenta dois pavimentos, alvenaria de tijolos, planta retangular, cobertura de madeira com telhas de barro e telhado em quatro águas, além de um prolongamento que protege cômodos salientes (Imagen 09) (SOUZA, 2022).

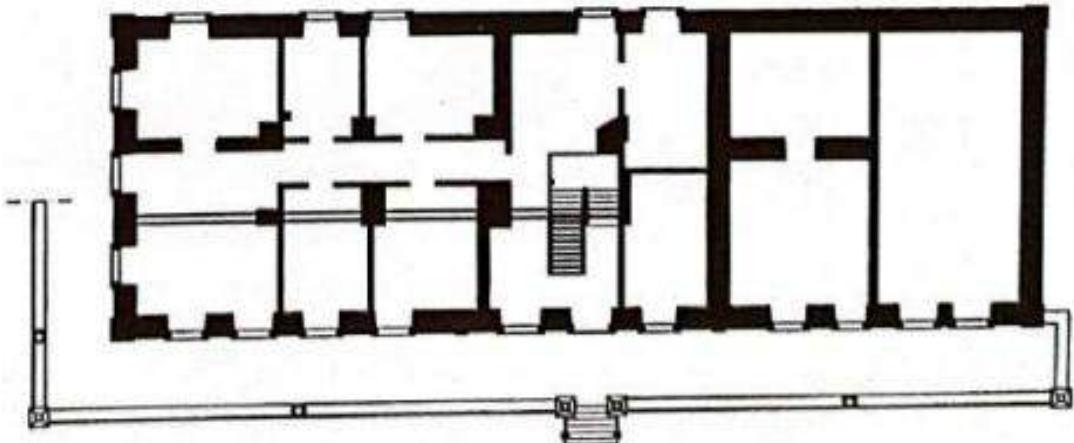
**Imagen 09:** Solar Souza Leão no Engenho Moreno.



**Fonte:** Página Moreno Antigo.

O pavimento superior tem piso de tábuas apoiadas sobre vigamento de madeira, enquanto a fachada é marcada por onze balcões com sacadas de ferro, distribuídos em séries de três, e um parapeito murado no pavimento térreo. Localizada no ponto mais elevado do engenho, a residência tem ao fundo uma pequena mata e o rio Jaboatão, compondo uma paisagem natural significativa (Imagens 09 e 10) (SOUZA, 2022).

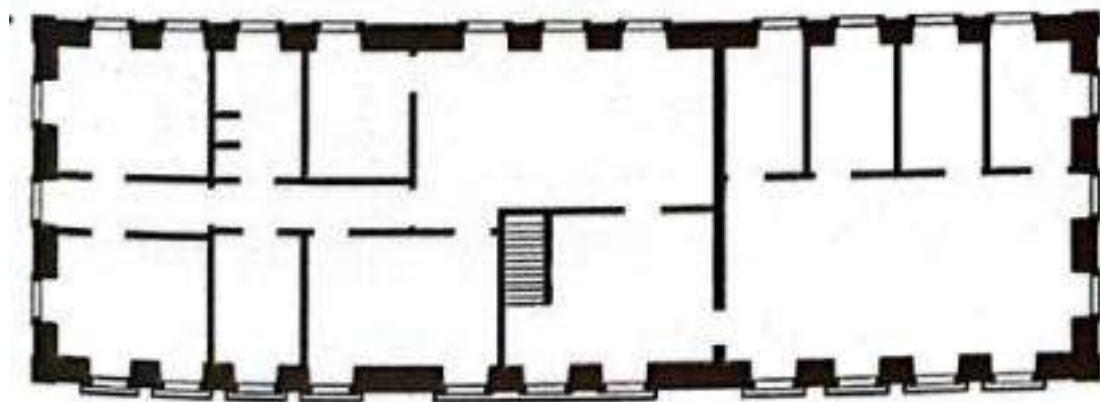
**Imagen 10:** Planta do pavimento térreo do Solar Souza Leão.



**Fonte:** Levantamento realizado por Sonia Calheiros e Geraldo Gomes, 1998.

**Imagen 11:** Planta do pavimento superior do Solar Souza Leão.

**Pavimento superior**



**Fonte:** Levantamento realizado por Sonia Calheiros e Geraldo Gomes, 1998.

Próxima à casa-grande, a capela do engenho, também dedicada à Nossa Senhora da Apresentação, foi erguida em 1616, no primeiro período do barroco nacional português (Imagen 12). Sua fachada combina elementos neoclássicos e barrocos, com um frontão ornamentado por volutas, coruchéus e pináculos, além de uma cruz central. O frontispício é dividido em três partes, separadas por cunhais verticais que se estendem até a cimalha horizontal. No corpo central, destacam-se dois balcões com sacadas de ferro encimados por um pequeno óculo, enquanto as laterais possuem portas e janelas do coro (SOUZA, 2022).

A relação entre o engenho e a fábrica no contexto da SCBB reflete a transição econômica da região, que se afastou do modelo agrícola açucareiro para adotar a industrialização têxtil. Historicamente, o engenho foi a estrutura produtiva central da economia pernambucana, representando a base agrícola desde o período colonial. Contudo, a chegada da *Société Cotonnière Belge Brésilienne* marcou uma transformação profunda, ao inserir a indústria têxtil no mesmo território. A escolha desse local para a instalação da fábrica não foi casual, a área já abrigava engenhos consolidados que, embora voltados para a produção agrícola, representavam uma base de infraestrutura e organização social que favoreceu a chegada da indústria. Essa articulação entre o legado agrário e o avanço industrial foi essencial para a consolidação da região como polo produtivo têxtil, unindo a tradição da produção açucareira com as novas demandas e dinâmicas do processo industrial.

**Imagen 12:** Engenho Moreno com a capela de Nossa Senhora da Apresentação ao fundo, sem data.



**Fonte:** Fundaj, acervo Benicio Dias.

Em seu interior, encontram-se sepultados membros da família Souza Leão, incluindo os Barões de Moreno, cujos túmulos esculpidos em mármore de Carrara são adornados com uma urna ostentando o brasão da família (SOUZA, 2022). Além da casa-grande e da capela, ainda restam algumas ruínas das antigas edificações do engenho, como a moita (fábrica) e a senzala, que abrigava os escravizados (SOUZA, 2022).

O valor histórico do local foi reconhecido em 1978, quando a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) o incluiu no Plano de Preservação dos Sítios Históricos (PPSH). Esse reconhecimento está inserido em um contexto mais amplo de preservação e proteção do patrimônio industrial e cultural da região, especialmente no que se refere às vilas operárias e suas relações com as indústrias locais. O PPSH-RMR surge como resposta à destruição significativa causada por intervenções urbanísticas. O plano, como foi detalhado no caso da Fábrica Arthur em Paulista, classificou os sítios históricos em sete categorias, incluindo as sedes de engenhos e as vilas operárias, reconhecendo a importância desses assentamentos

industriais não apenas como residenciais, mas como produtos da iniciativa industrial (FIDEM, 1978, p. 9, 20).

A inclusão das vilas operárias como categoria específica foi um avanço, mas também evidenciou uma abordagem fragmentada, que não considerou a totalidade das estruturas que compunham os núcleos industriais. A delimitação das vilas, como ocorreu no caso da Fábrica Arthur em Paulista, deixou de fora áreas essenciais, como igrejas, farmácias, praças e as próprias fábricas, comprometendo a integridade e a autenticidade desses conjuntos (SOUZA, 2013). No caso do Cotonifício de Moreno, embora tenha sido incluído no levantamento, a visão fragmentada do plano não levou em consideração a dinâmica integrada entre a produção fabril e a vida cotidiana dos trabalhadores, evidenciando as limitações do reconhecimento oficial em relação à complexidade dos núcleos industriais e sua importância cultural.

Em 1996, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural de Pernambuco (Fundarpe) propôs o tombamento do Conjunto Arquitetônico do Engenho Morenos, incluindo a Casa Grande e a Capela, como patrimônio cultural do estado. Tal iniciativa reforça a importância histórica do engenho para a memória regional, reconhecendo seu papel na formação da paisagem e da identidade local (FUNDARPE, 1996).

O Engenho Catende (Imagem 13), conhecido também como Engenho São Sebastião, surgiu a partir de terras pertencentes ao Engenho Morenos e foi estabelecido em 1735. Sua sede foi construída a cerca de três quilômetros a leste do Engenho Morenos, às margens do Rio Jaboatão, em uma área que posteriormente se tornaria parte do núcleo urbano de Moreno. Em 1875, a propriedade passou para a família Souza Leão, que chegou a deter o controle de oito engenhos na região. Com a chegada da Estação Ferroviária no final do século XIX, a região passou por uma significativa transformação. Inicialmente vinculado à economia açucareira, o processo de ocupação da região de Moreno começa a se conectar com a indústria têxtil (CUNHA, 1977).

Imagen 13: Engenho Catende, sem data.



Fonte: Blog Moreno Redescoberto.

Com a expansão da industrialização européia para outros continentes e as políticas de incentivo à indústria no Brasil, em 1907, um grupo de investidores belgas adquiriu 1.400 hectares das terras do Engenho Catende da família Souza Leão. A compra foi realizada pela *Société Cotonnière Belge-Brésilienne* (SCBB) ou Sociedade Algodoeira Belgo-Brasileira (IPHAN-PE, 2010), uma empresa têxtil de capital belga sediada em Antuérpia. O consórcio era formado por empresários e financistas dos setores têxtil belga e inglês, além do industrial pernambucano João de Hollanda Vasconcellos, que auxiliou os estrangeiros na seleção das terras e na condução do processo burocrático (SUETTINNI, 2014).

A escolha da margem esquerda do Rio Jaboatão para a instalação do cotonifício foi baseada em fatores estratégicos que favoreciam a viabilidade ambiental, econômica e de infraestrutura (SUETTINNI, 2011). A proximidade com a interseção da Estrada Real e a ferrovia da Great Western facilitava o transporte da produção até o porto do Recife, enquanto os recursos naturais, como o próprio rio, as matas nativas, o solo fértil e o clima favorável, contribuem para a sustentabilidade do empreendimento. Além disso, havia disponibilidade de terras para a construção do complexo fabril, das vilas operárias e das áreas destinadas ao cultivo da matéria-prima. Segundo Suettinni, os anos seguintes à instalação da fábrica foram de desenvolvimento acelerado, onde a SCBB promoveu a criação de uma infraestrutura capaz de atender tanto às

necessidades dos trabalhadores quanto às demandas operacionais da indústria, transformando significativamente a região (SUETTINNI, 2011).

**Imagen 14:** Anúncio da Société Cotonnière Belge Brésilienne publicado no Diário de Pernambuco em 1907.



**Fonte:** Biblioteca Nacional.

Com a chegada da fábrica, foi construída uma vila operária, que contou com moradias, serviços e infraestrutura básica para os trabalhadores e suas famílias. Esse núcleo urbano consolidou-se como o “embrião” da atual sede do município (Imagen 15). A urbanização de Moreno foi impulsionada pela fábrica, que atraiu migrantes em busca de trabalho, resultando em um crescimento demográfico acelerado e na expansão territorial (ARCOVERDE, 2014).

**Imagen 15:** Vila Operária na antiga Estrada Real, hoje Av Cleto Campelo, sem data.



**Fonte:** Acervo da FUNDAJ.

Uma extensa área pertencente à *Société Cotonnière Belge-Brésilienne* foi destinada ao cultivo de eucaliptos, cuja madeira era utilizada como combustível para as caldeiras da indústria. Mais de dois milhões de árvores originárias da Austrália foram plantadas, tornando a região amplamente conhecida como Cidade (ou Metrópole) dos Eucaliptos (CUNHA, 1977).

A transição de uma economia agrícola, centrada nos engenhos, para uma economia industrial, com a instalação da fábrica têxtil, provocou mudanças significativas na dinâmica socioeconômica do município (ARCOVERDE, 2014). Os engenhos, que antes definiam a organização do espaço e as relações sociais, foram substituídos pela indústria, que passou a ocupar papel central na paisagem e nas interações sociais locais. Contudo, as marcas do ciclo da cana-de-açúcar persistem, mantendo-se como um legado cultural e histórico da região. Dessa forma, o desenvolvimento de Moreno foi caracterizado pela coexistência de duas economias distintas, cada uma contribuindo de maneira única para a formação do território e da identidade local.

Inicialmente vinculado ao município de Jaboatão dos Guararapes, Moreno foi elevado à categoria de distrito pela Lei Municipal nº 126, em 1920. Oito anos depois, conquistou sua emancipação política, sendo oficialmente instalado como município em 1929 (CUNHA, 1977). Esse marco histórico está refletido, com a emoção que representava os morenenses, no poema de emancipação da cidade, escrito por Vera Lúcia de Oliveira:

“ [...] Um canto de orgulho, de fé e de alegria,  
Pois o progresso surgira em Moreno, nas Igrejas,  
Nas Escolas, no Comércio, na Fábrica, com firmeza e melhorias...

O primeiro prefeito, Euclides José de Souza Leão  
Com o desejo de tornar Moreno uma cidade próspera e querida,  
Juntou-se aos primeiros vereadores e prometeu  
Que dali por diante, Moreno seria uma cidade cheia de vida...  
E assim, a cidade de Moreno crescia cheirando a eucalipto,  
Com as verdes colinas emoldurando a cidade simplesmente,  
Com as crianças felizes a se banharem no Rio Jaboatão,  
E a linda estação de trem em um vai e vem de passageiros felizes,  
contentes...”

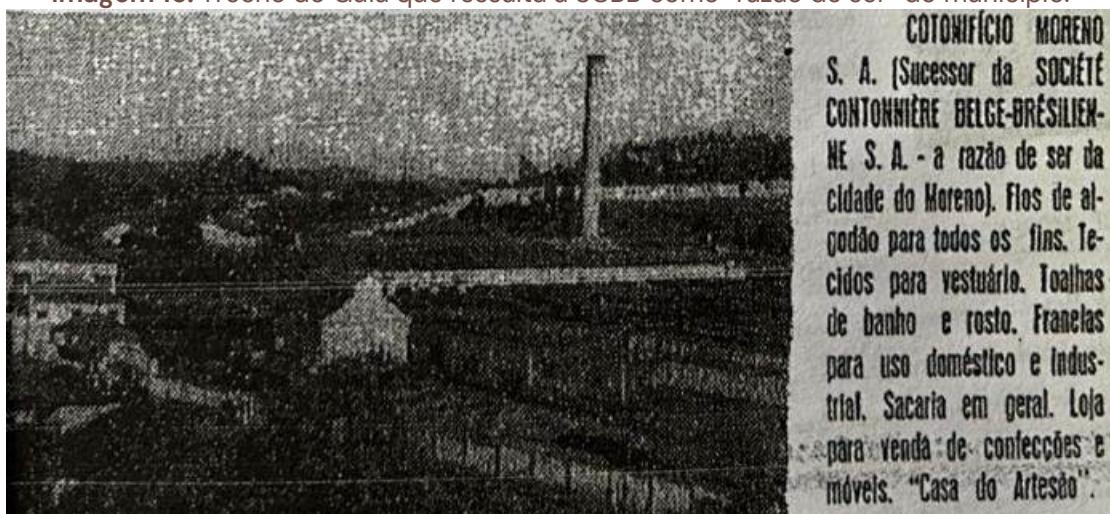
(OLIVEIRA, s.d.)

Ao mencionar igrejas, escolas, comércio e, sobretudo, a fábrica, o poema ressalta os alicerces que sustentaram o desenvolvimento urbano e econômico de Moreno. A referência à paisagem natural, com suas colinas verdes e o Rio Jaboatão, reforça a construção de uma imagem idílica da cidade, associando seu crescimento à harmonia entre natureza e progresso. Entre os marcos citados, a fábrica surge em destaque, símbolo de "firmeza e melhorias", evidenciando seu papel central na transformação da cidade. Ênfase que pode refletir não só a importância econômica, mas a influência na identidade local.

## 2.3. A Société Cotonnière Belge Brésilienne

Inicialmente associado à produção açucareira, o território que viria a ser denominado Moreno passou a ser fortemente marcado pela presença do setor industrial, especialmente pela expansão da atividade têxtil, o que alterou significativamente sua configuração urbana e, segundo os próprios morenenses, foi a responsável pelo desenvolvimento local, como podemos ver na imagem 16. Naquela época, o Recife, devido ao seu porto, era a quinta cidade mais industrializada do Brasil, destacando-se por uma série de vantagens ambientais, infra estruturais e econômicas que atraíam o investimento do capital industrial europeu (SUETTINNI, 2011).

**Imagen 16:** Trecho do Guia que ressalta a SCBB como “razão de ser” do município.



**Fonte:** Guia Histórico, Cultural e Informativo de Moreno, 1977.

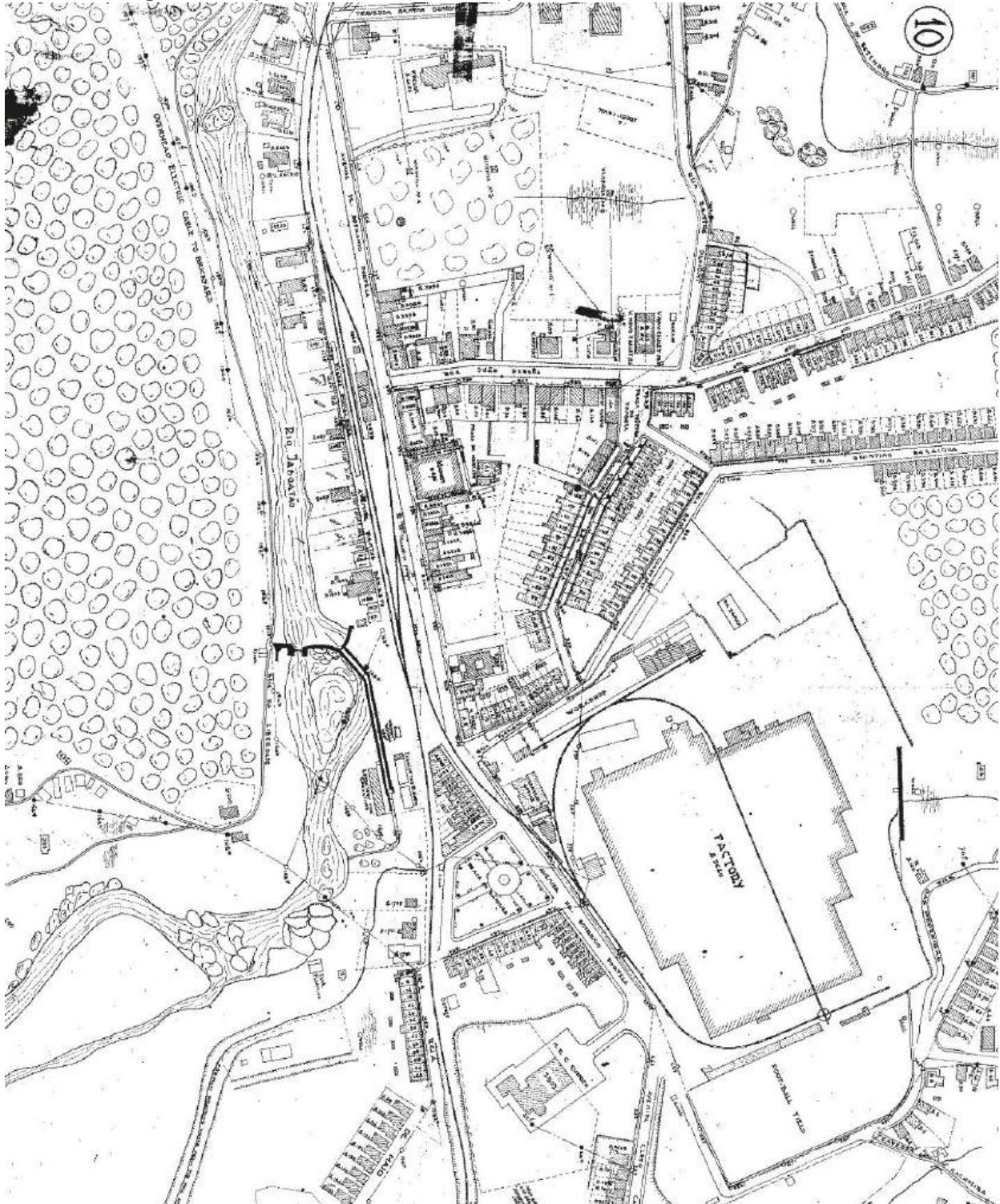
A criação da cidade industrial da Société Cotonnière Belge Brésilienne S.A. foi planejada com base na integração das características do engenho São Sebastião, utilizando sua infraestrutura viária, como a Estrada Real e a Ferrovia Recife-Vitória de Santo Antônio, bem como seus recursos naturais, como o rio Jaboatão, as matas nativas, o solo fértil e sua topografia acidentada formada por colinas. O processo de transformação do engenho incluiu o desmantelamento de áreas de cultivo de cana-de-açúcar e o plantio de mudas de eucalipto, a recuperação de estruturas históricas, como a casa-grande, capela, senzala, o cemitério e outras construções rurais, e a adaptação do sistema viário, com a construção de novos edifícios ao longo da Estrada Real. Um novo traçado ortogonal é montado para que interaja com a topografia íngreme do local, circundado por um cinturão verde, com uma área inicial de eucaliptos e outra de mata atlântica, marcando os limites do perímetro urbano em um território rodeado por engenhos de açúcar, canaviais e vegetação nativa (SUETTINNI, 2011).

“O pequeno Arraial de Catende, formado em torno de uma primitiva fábrica têxtil, com sua gente simples, pacata e ordeira, transformou-se em

um feudo da SCBB (dirigido por ingleses, franceses, holandeses e belgas), que mantinha a escola, a igreja, o cemitério, a banda de música, a energia elétrica, assistência social, campo de futebol, clubes recreativos, a vila operária (uma das mais bonitas do estado, com suas casas semelhantes às belgas)." (IPHAN-PE, 2010)

O processo de urbanização do município (Imagem 17), promovido pela SCBB, ocorreu em três fases, coordenadas pelos engenheiros e arquitetos belgas Fernand Selvais e Pieter Gruschke. De acordo com Suettinni (2011), essas etapas foram: a **Implantação** (1907-1917), a **Expansão** (1917-1948) e o **Desmonte** (1948-1966).

**Imagen 17:** Projeto urbanístico da SCBB para a cidade de Moreno, 1932.



**Fonte:** SUETTINNI (2011, apud MENEZES 2018)

É possível observar na imagem anterior a presença de um ramal ferroviário que abastecia internamente a SCBB, conectando-a à ferrovia principal, o que facilitava significativamente as atividades logísticas da fábrica (Imagem 18).

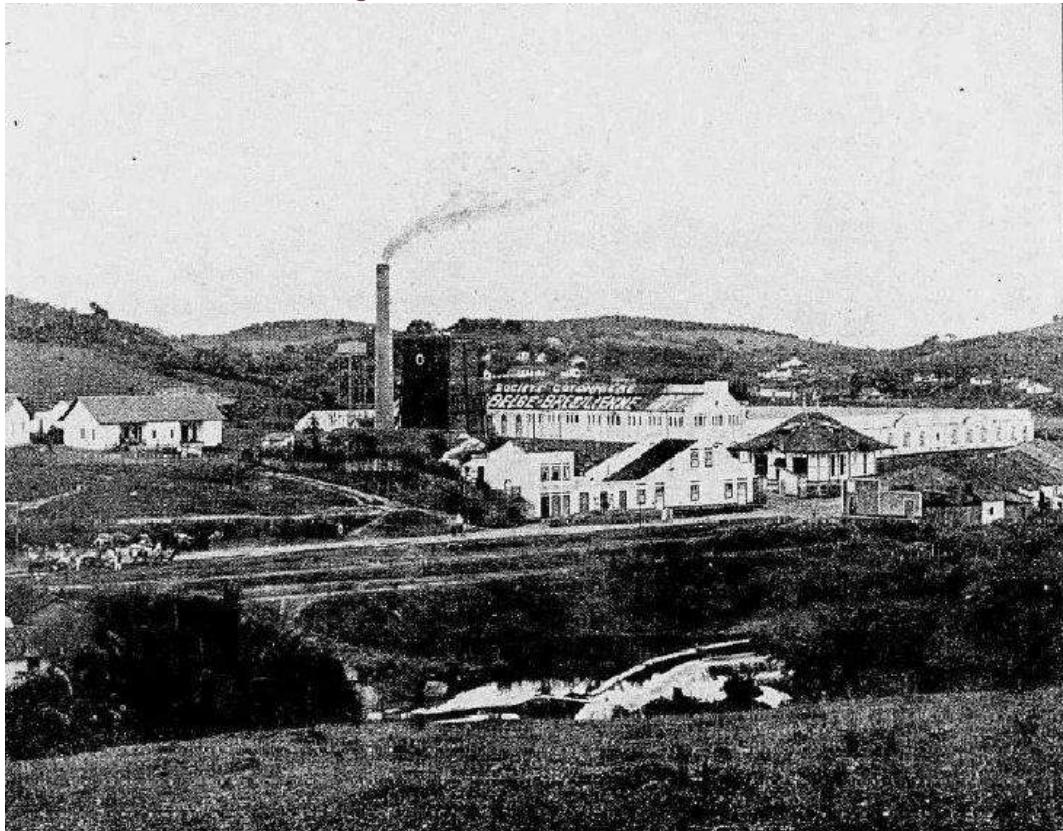
**Imagen 18:** Trecho urbano onde a linha férrea dava acesso ao transporte de matéria-prima e produtos do Cotonifício, década de 1950.



**Fonte:** Página Moreno Antigo.

O Cotonifício foi erguido (imagem 19), e, em seguida, iniciou-se o investimento na implementação de infraestrutura urbana para suprir as necessidades dos trabalhadores e apoiar as operações industriais. A maioria dos operários que migrou para a cidade levou suas famílias, atraídos pelas ofertas de emprego e moradia, mas, também, é possível constatar o ingresso de trabalhadores oriundos de cidades com tradição têxtil, como Camaragibe e Paulista, além de migrantes de estados vizinhos e estrangeiros, recrutados pela SCBB devido à sua especialização industrial e origem em países europeus (CUNHA, 1977).

**Imagen 19:** Vista do Cotonificio, 1921.



**Fonte:** Acervo de Jailton Lauriano via Página Moreno Antigo.

O projeto teve início a partir da própria SCBB, que se tornou um 'marco zero' devido à sua localização, facilitando o escoamento da produção e a logística da empresa. A primeira fase, na pesquisa desenvolvida por Suettinni, foi caracterizada como *Implantação* e resultou na construção de novos edifícios de apoio, como a antiga superintendência da fábrica — atualmente ocupada pela prefeitura do município —, serviços, foram construídas 12 vilas operárias, chalés para diretores e técnicos, além de escolas, posto de saúde, praças, campo de futebol e estabelecimentos comerciais, todos organizados em alamedas e arruamentos ao redor do terreno da fábrica. Contudo, a eclosão da Primeira Guerra Mundial na Europa pode ser apontada como possível impedimento para a conclusão do projeto urbanístico planejado, que foi temporariamente suspenso (SUETTINNI, 2011).

**Imagen 20:** Pátio interno da SCBB.



**Fonte:** Página Moreno Antigo.

Entre 1917 e 1948, durante a segunda fase do projeto, denominada por Suettinni como *Expansão*, foram implementadas diversas ações para atender à crescente demanda por mão de obra, resultando na construção de 36 novas vilas operárias, o que triplicou a oferta habitacional (SUETTINNI, 2011). Nesse período, foram também criados importantes equipamentos urbanos, como o Mercado Municipal, inaugurado em 1922 (imagem 21 e 22), a Praça da Bandeira, em 1923, e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, concluída em 1930, que continuam sendo marcos da cidade. Além disso, houve uma série de melhorias urbanísticas, incluindo a pavimentação de ruas e a instalação de rede elétrica (SUETTINNI, 2011).

Assim, fica evidente a estreita relação entre a história urbana e a ocupação fabril em Moreno, evidenciada pela influência direta da instalação da SCBB no desenvolvimento da cidade. A fábrica, ao ser estabelecida como ponto central para o crescimento urbano, não apenas impulsionou a economia local, mas também moldou o

espaço urbano, estreitando os vínculos entre a produção e a configuração da cidade. Dessa forma, a expansão urbana não ocorreu de maneira independente, mas foi orientada e estruturada em torno da indústria, refletindo a integração entre o processo de urbanização e o funcionamento da fábrica.

**Imagen 21:** Vista do Mercado Municipal e uma parte da Estação Ferroviária, sem data.



**Fonte:** Acervo de Jailton Lauriano via Página Moreno Antigo.

**Imagen 22:** Mercado Público de Moreno após a reforma de 2022.

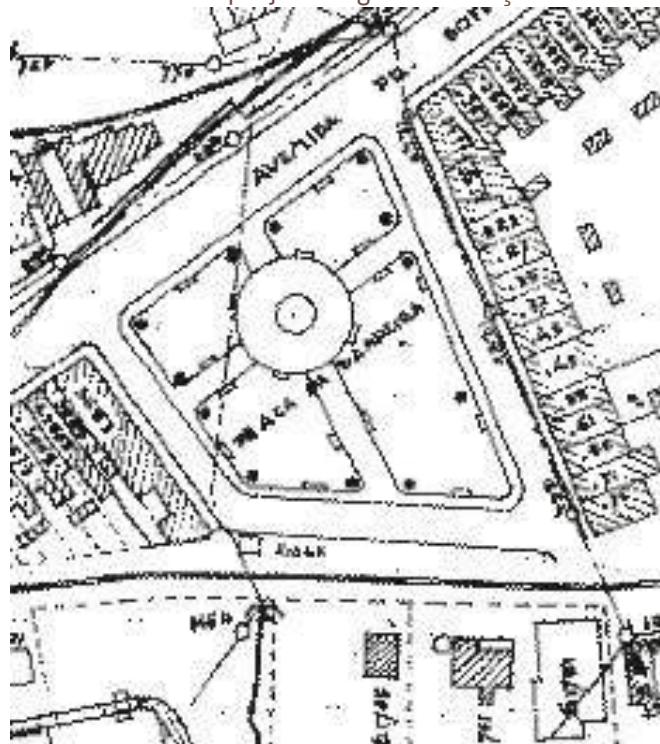


**Fonte:** Acervo pessoal da autora, fevereiro de 2025.

A Praça da Bandeira, principal espaço público de Moreno, foi inaugurada na década de 1930 e tem uma clara inspiração no urbanismo belga. Seu formato, quando

visto de cima, remete à cruz de Malta, símbolo dos cavaleiros cristãos do século XI (imagem 23 e 24) (PREFEITURA DE MORENO).

**Imagen 23:** Desenho do projeto original da Praça da Bandeira, 1932.



**Fonte:** Modificado de Suettinni (2011, apud MENEZES 2018).

**Imagen 24:** Vista aérea da situação atual da Praça da Bandeira, 2024.



**Fonte:** Google Maps, modificado pela autora.

Construída entre o portão principal da fábrica e o extinto clube *Societé* (imagem 25), era o local onde centenas de operários se reuniam diariamente, aguardando a abertura dos portões para o início do expediente. Consolidou-se como o maior centro de sociabilidade da cidade, durante os períodos de lazer, era o ponto de encontro dos jovens trabalhadores, sendo também um espaço de festividades e conversas (ARCOVERDE, 2014).

**Imagen 25:** Praça da Bandeira entre as décadas de 50 e 60, é possível ver a fumaça saindo da chaminé da fábrica ao fundo.



**Fonte:** Acervo de Alexandre Luna via Página Moreno Antigo.

Para muitos antigos operários, a Praça da Bandeira é um símbolo de sociabilidade e construção coletiva. Como observa Arcoverde (2014), a praça desempenhou um papel crucial na formação da classe trabalhadora local, sendo um ponto de encontro para a articulação de reivindicações, discussões políticas e troca de ideias. Tornou-se, assim, um centro de mobilização e organização da classe trabalhadora. Nos dias de hoje, a Praça da Bandeira segue sendo um dos palcos principais para as manifestações culturais e políticas de Moreno, mantendo-se como um importante símbolo de identidade para a cidade (PREFEITURA DE MORENO).

Outro poderoso equipamento foi a velha Igreja de São Sebastião (imagem 26), erguida em 1745 atrás da casa-grande do Engenho Catende, foi um importante marco religioso e histórico para a região (CUNHA, 1977). Por mais de um século,

desempenhou um papel central na vida dos moradores, refletindo a forte influência da fé católica na formação da comunidade. Inicialmente, a igreja serviu como matriz, mas, com o crescimento populacional da recém-emancipada cidade de Moreno, surgiu a necessidade de um novo templo.

**Imagen 26:** velha Igreja de São Sebastião, inaugurada em 1745.



**Fonte:** Página Moreno Antigo.

Em 1928, decidiu-se pela construção de uma nova igreja matriz, pois a antiga capela já não comportava a quantidade de fiéis. Com a inauguração da nova matriz, em 3 de novembro de 1930, a velha capela retornou à posse da *Société Cotonnière Belge-Brésilienne*, passando a ser utilizada como almoxarifado. No entanto, em 1973, o templo bicentenário foi demolido, dando lugar à atual Escola Cardeal Dom Jaime Câmara. João Carneiro da Cunha (1977) descreveu a antiga igreja como “a mais bela página de nossa história” (imagem 27) (CUNHA, 1977).

**Imagen 27:** Ilustração da velha Igreja de São Sebastião, demolida em 1973.



**Fonte:** Guia Histórico, Cultural e Informativo de Moreno, 1977.

A construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, concluída em 1930 (CUNHA, 1977), vai além de um simples reflexo da devoção religiosa da comunidade local; ela é uma clara evidência da profunda influência da *Société Cotonnière Belge-Brésilienne* sobre o desenvolvimento de Moreno. A escolha de um local estratégico para a igreja, em uma área que privilegia a fábrica, simboliza a reconfiguração do poder e o papel central da SCBB na formação urbana e cultural da cidade, a fábrica, assim, não apenas moldou o espaço físico de Moreno, mas, também, impactou sua identidade cultural e simbólica, destacando sua influência em aspectos fundamentais da vida local, incluindo a religiosidade e o sentido coletivo da comunidade.

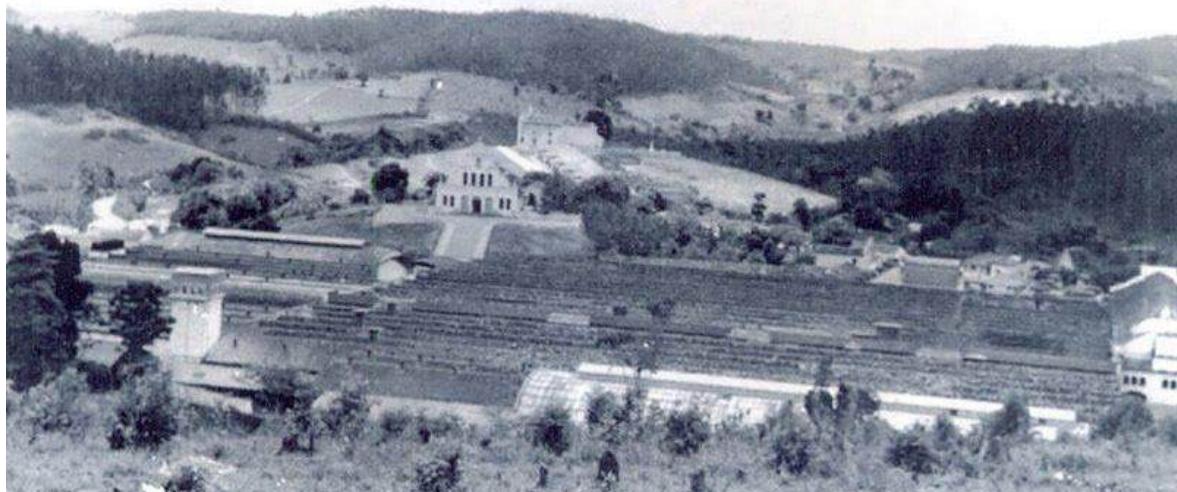
**Imagen 28:** Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo, 2022.



**Fonte:** Página da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Moreno.

Erguida pela própria fábrica sobre uma colina em posição estratégica, a igreja domina a paisagem e projeta-se simbolicamente sobre o complexo fabril, reforçando sua presença no cenário urbano de Moreno.

**Imagen 29:** Telhado da fábrica Société Cornière Belge Brésilienne e a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo, meados dos anos 60.



**Fonte:** Acervo de Alexandre Luna via Página Moreno Antigo.

Em sua investigação de mestrado, Suettinni (2011) defende que a concepção da igreja teria sido inspirada na *Église Notre-Dame-de-l'Immaculée-Conception*, localizada

em Liège, na Bélgica, evidenciando a presença belga na formação do espaço urbano e arquitetônico da cidade, para além do setor industrial. A Igreja de Liège (imagem 30), é um importante exemplar da arquitetura barroca do século XVII, enquanto a Matriz de Nossa Senhora da Conceição, segue uma estética muito menos rebuscada. Existem, porém, diversos elementos similares como a verticalidade acentuada, as torres laterais e a composição das fachadas criam um vínculo visual e simbólico entre as duas construções (SUETTINNI, 2011).

**Imagen 30:** Igreja Notre-Dame-de-l'Immaculée-Conception em Liège, Bélgica.



**Fonte:** Visitez Liege.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a SCBB teve seus laços comerciais com a Antuérpia interrompidos, mas permaneceu atuando como empresa estrangeira no Brasil. Nesse contexto, a produção da fábrica têxtil foi destinada tanto ao mercado nacional quanto à exportação, tendo como principais destinos os Estados Unidos e o Canadá (SUETTINNI, 2011).

A crise da indústria do algodão na década de 1960, aliada aos impactos da guerra na Europa, resultou no fechamento da Société Cotonnière Belge-Brésilienne S/A em 1966. Nesse mesmo ano, a fábrica passou a operar sob o controle do Cotonifício Moreno S/A, ainda com maioria acionária belga. Em 1970, a empresa foi adquirida por

um grupo brasileiro ligado à indústria de cobertores Tacaruna (CUNHA, 1977). Apesar da tentativa de continuidade, a produção têxtil foi encerrada definitivamente em 1976 (SUETTINNI, 2011; PREFEITURA DE MORENO). Nos anos 1960, novas indústrias de pequeno e médio porte foram implantadas em terrenos desapropriados da SCBB, impulsionando o surgimento de novos bairros na cidade. No entanto, essas fábricas não conseguiram suprir o impacto socioeconômico provocado pelo fechamento do Cotonifício.

A partir de então, Moreno entrou em um processo de declínio, marcado pelo colapso econômico e pela queda na qualidade de vida da população. O fechamento do Cotonifício deixou grande parte dos moradores sem emprego, forçando muitos a buscar oportunidades de trabalho em cidades vizinhas. O município passou a enfrentar sérias dificuldades econômicas e urbanísticas, já que as terras e imóveis pertenciam à SCBB, hoje pertencentes a um latifundiário urbano, que detém a maior parte da área urbana, dificultando a expansão e o desenvolvimento local (MEDEIROS, 2018).

Atualmente, a edificação principal da antiga fábrica encontra-se totalmente desativada, enquanto outras partes do complexo apresentam usos subutilizados. De acordo com um dos proprietários do local, a construção que, no passado, abrigava a administração do complexo fabril, hoje cuida das terras herdadas, de maneira conjunta com o terreno da antiga SCBB. Atualmente, a edificação (Imagem 31) abriga um uso administrativo, no qual são tratadas questões burocráticas relacionadas à documentação da fábrica, além do recebimento de aluguéis provenientes das antigas vilas operárias.

**Imagen 31:** Vista parcial do bloco administrativo do complexo, 2024.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, abril de 2024.

A estreita construção que anteriormente servia como carpintaria, agora é utilizada como uma marcenaria improvisada, dando suporte a um dos negócios da família. Na imagem 32 é possível ver, além da atual “marcenaria” ao fundo, os trilhos anteriormente citados que abasteciam a fábrica internamente.

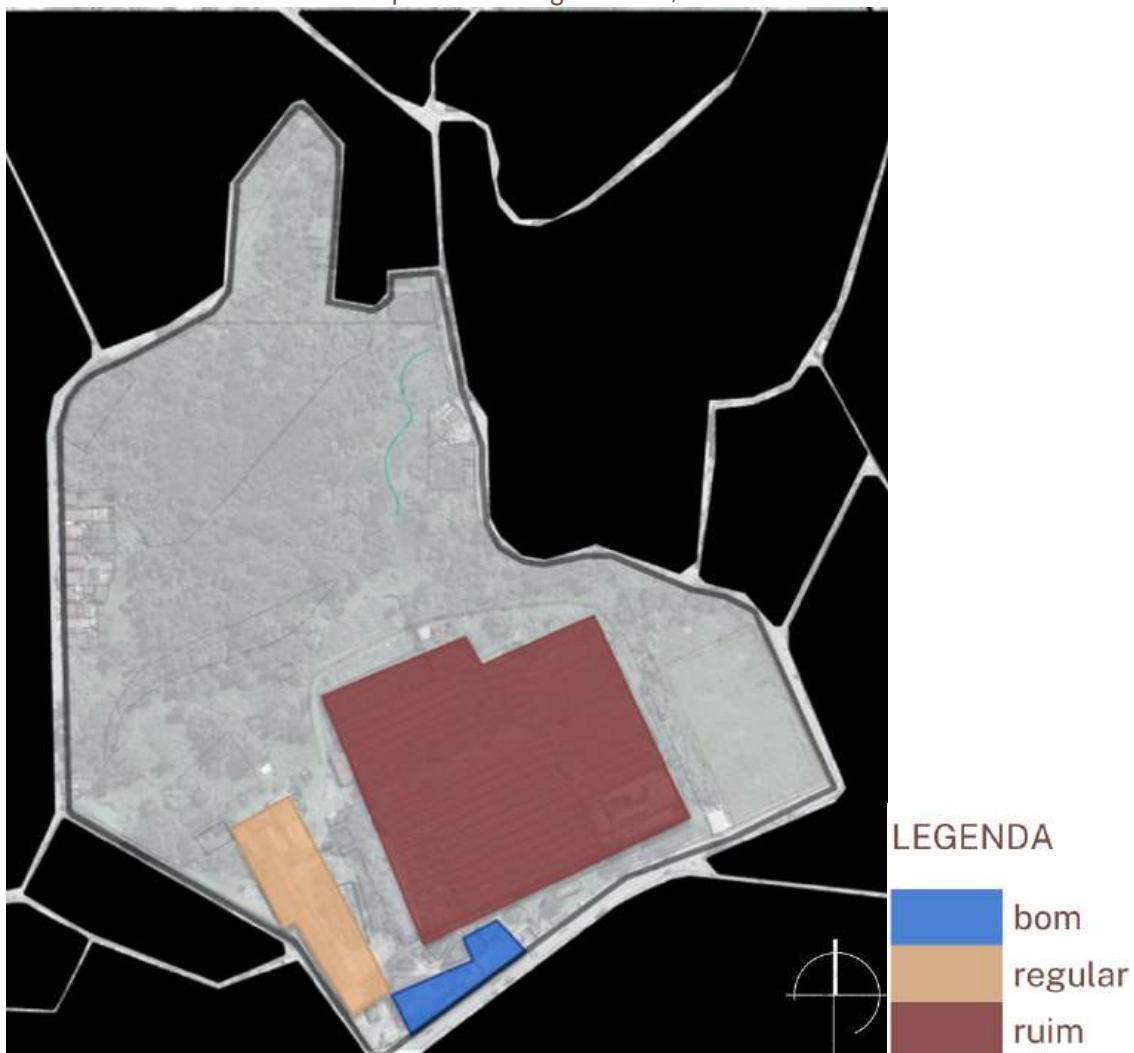
**Imagen 32:** Vista parcial da antiga carpintaria da SCBB, 2024.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, abril de 2024.

O mapa esquemático (Imagen 33) a seguir, foi elaborado após a visita da autora ao local, buscando revelar a situação atual do estado de conservação das edificações do complexo fabril. A edificação principal, onde as operações da fábrica funcionam, representada em vermelho, está em estado crítico de conservação, com sinais evidentes de degradação e abandono. A antiga carpintaria, em amarelo, apresenta um estado regular, com alguns desgaste e necessidade de reparos. Já a administração, em azul, encontra-se em bom estado, possivelmente, devido ao uso contínuo, o que garantiu sua preservação.

**Imagen 33:** Mapa esquemático do estado de conservação das edificações principais do complexo da antiga fábrica, em 2024.



**Fonte:** Google Earth, modificado pela autora.

A edificação principal, que já foi um símbolo de prosperidade industrial e um marco no desenvolvimento da cidade, está enfrentando um processo de arruinamento (Imagen 34).

**Imagen 34:** Edificação da SCBB, sem data



**Fonte:** Acervo FUNDAJ.

**Imagen 35:** Situação atual da edificação principal da antiga SCBB, 2024.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, abril de 2024.

O que restou da estrutura original, hoje caracterizada por patologias tais como: crosta negra, sujidades, desprendimento do revestimento, supressão parcial de cobertura, dentre outras, transmite uma imagem de abandono e desolação (Imagem 36). A fábrica, que um dia impulsionou a economia local e promoveu a urbanização, hoje tornou-se um reflexo das fragilidades e negligências que o patrimônio industrial enfrenta em muitas cidades brasileiras.

**Imagen 36:** Situação atual da edificação principal da antiga SCBB, 2024.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, abril de 2024.

Além do evidente estado de arruinamento, a fábrica transformou-se em um verdadeiro "elefante branco", um termo utilizado para descrever uma grande estrutura que, embora imponente, está sem utilidade prática, obsoleta e desconectada do contexto urbano ao seu redor. O complexo fabril, apesar de ocupar posição estratégica, encontra-se isolado, com uma relação desconexa com as atividades da cidade, sem qualquer integração ou permeabilidade visual com o tecido urbano de Moreno. Escondida por altos muros brancos, atualmente, a antiga fábrica parece guardar uma distância física e simbólica da comunidade que a rodeia (Imagen 37 e 38).

**Imagen 37:** Cotonifício visto da colina da Igreja Matriz, 2024.



**Fonte:** Google Street View.

**Imagen 38:** Cotonifício visto da colina da Igreja Matriz, 2024.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, abril de 2024.

O espaço que poderia ser aproveitado para requalificação urbana e integração com o entorno continua sem qualquer uso significativo, contribuindo para um cenário de esvaziamento e falta de vitalidade na área.

**Imagen 39:** Situação atual da edificação principal da antiga SCBB, 2024.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, abril de 2024.

O abandono da fábrica, somado à falta de políticas de preservação e revitalização, resulta em um paradoxo: uma estrutura de grande valor histórico e arquitetônico, mas sem função e sem qualquer interação com a cidade. O local tornou-se um símbolo de um potencial não explorado, um espaço que poderia ser ressignificado para a comunidade, mas que permanece à margem de um processo de renovação urbana que poderia restituir-lhe o valor e a importância que um dia teve para o município.

O Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), de 1978, reconhece, em seu inventário, a importância do patrimônio histórico de Moreno ao listar quatro engenhos, incluindo o Engenho Moreno, além da Vila Operária do Cotonifício Moreno. O plano propõe um polígono de **proteção rigorosa** para o núcleo fabril, abrangendo parte das vilas operárias, enquanto o polígono de **proteção ambiental** envolve um conjunto mais amplo de bens, como o antigo Cotonifício, a Praça da Bandeira, a Igreja Matriz e sua praça, o Mercado Público

e a sede da Prefeitura (Imagem 40). No entanto, a antiga estação ferroviária e seu pátio não foram incluídos nesses limites.

**Imagen 40:** Marcos patrimoniais e polígonos de proteção sugeridos pelo PPSH/RMR.



**Fonte:** PPSH-RMR (1978).

A antiga Estação Ferroviária de Moreno, inserida no trecho entre Recife e Gravatá da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (EFCP), é tombada em nível estadual pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), conforme registrado no Anuário Estatístico de 2016. Seu projeto de restauro foi contratado em maio de 2018.

Quanto ao zoneamento especial na área urbana da sede municipal, o Plano Diretor Participativo do Município de Moreno (2019) define, na Seção VII do plano, a Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural (ZEPH), que abrange:

“os conjuntos edificados compostos pelas instalações da indústria, equipamentos comunitários e vilas operárias, além dos remanescentes dos engenhos de açúcar e demais elementos do patrimônio cultural de relevante expressão artística, histórica e paisagística, cuja manutenção e restauração são de interesse do município.” (MORENO, 2019)

As diretrizes da ZEPH incluem,

‘Art. 59. A Zona Especial de Preservação Histórico Cultural tem como diretrizes: I. proteger a paisagem e a integridade do patrimônio cultural e estimular a restauração e a conservação dos elementos arquitetônicos representativos do patrimônio local; II. promover a

diversificação de usos para favorecer alternativas econômicas de geração de trabalho e renda para os residentes da zona;" (MORENO, 2019).

No entanto, apesar das diretrizes que visam proteger e conservar o patrimônio cultural, sua efetividade neste caso é limitada. A situação da antiga fábrica evidencia essa lacuna, pois, embora inserida no zoneamento de preservação (imagem 41), carece de ações concretas que garantam sua salvaguarda. O próprio conceito de "proteção" previsto no plano urbanístico se revela frágil, uma vez que, apesar de a fábrica estar inserida em uma Zona Especial de Preservação Histórico Cultural (ZEPH), não existem normas específicas que definam claramente os parâmetros de intervenção, conservação e valorização desse patrimônio. A falta de uma regulamentação detalhada enfraquece a capacidade de implementação das diretrizes, tornando-as vulneráveis a interpretações subjetivas e ineficazes. Além disso, a falta de incentivos financeiros e técnicos para a restauração do patrimônio industrial contribui para a perpetuação da condição de abandono da fábrica, uma vez que a proteção legal não está acompanhada de recursos ou estratégias que viabilizem sua preservação efetiva.

A legislação também não explicita quais atributos específicos tornam a fábrica um bem a ser protegido, o que dificulta a identificação e a valorização do seu valor histórico, cultural e simbólico para a comunidade. Sem uma definição clara dos elementos que constituem sua relevância, a preservação perde foco e direcionamento, o que agrava a sensação de descontinuidade entre as intenções da legislação e sua execução prática. Refletindo, assim, uma desconexão entre a teoria normativa e a realidade, onde o desejo de proteger o patrimônio não é acompanhado por um plano detalhado que garanta sua reintegração à dinâmica urbana da cidade.

**Imagen 41:** Ampliação do zoneamento municipal (2019) aplicado ao terreno da antiga SCBB.



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

No contexto de Moreno, essa proposta esbarra em desafios como a falta de planejamento urbano integrado e de políticas públicas que viabilizem a requalificação do antigo complexo fabril. Sem diretrizes mais claras para sua ativação, a fábrica continua desarticulada das dinâmicas sociais e econômicas da cidade, comprometendo seu potencial de revitalização.

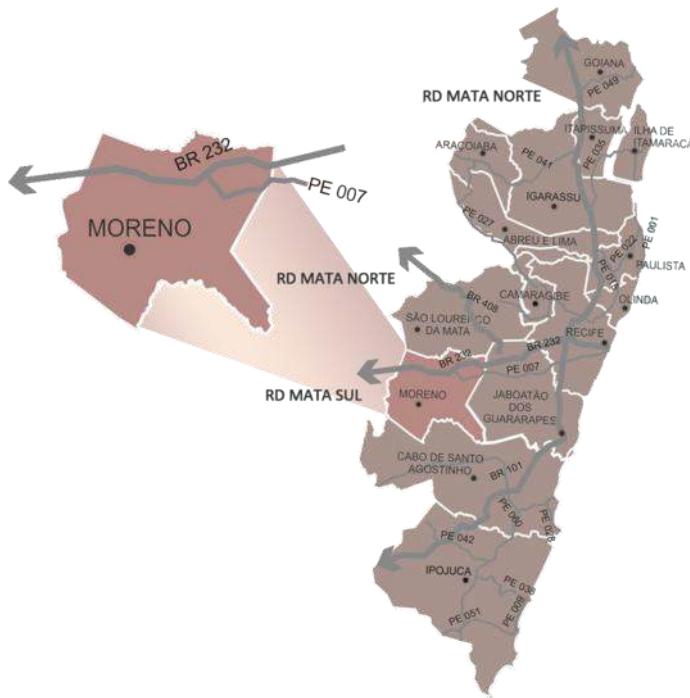
Dessa forma, a existência do acautelamento municipal, embora fundamental, não tem se traduzido em mecanismos eficazes de proteção e valorização do patrimônio industrial de Moreno. A situação do objeto de pesquisa evidencia a necessidade de políticas mais estruturadas, que não apenas reconheçam a importância do conjunto fabril, mas também garantam instrumentos para sua preservação e ressignificação dentro da cidade.

## 2.4. Leitura do território

O município de Moreno, situado a cerca de 28 km a sudoeste da capital pernambucana, integra a Região Metropolitana do Recife. A cidade faz fronteira com São Lourenço da Mata ao norte, Cabo de Santo Agostinho ao sul, Jaboatão dos

Guararapes a leste e Vitória de Santo Antão a oeste (Imagen 42). Com uma área de aproximadamente 195 km<sup>2</sup>, Moreno é subdividido em dois distritos: o distrito-sede e Bonança (IBGE, 2022).

**Imagem 42:** Localização do município de Moreno, na Região Metropolitana do Recife.



Fonte: PDUI-RMR, 2019.

As dinâmicas urbanas e as infraestruturas de Moreno hoje refletem os legados históricos da industrialização, mas o município enfrenta os desafios decorrentes de um crescimento desordenado. Originalmente um importante polo industrial, Moreno viu sua estrutura urbana se fragmentar ao longo do tempo, especialmente após o fechamento do Cotonifício e o declínio da atividade industrial local (MEDEIROS, 2018). Além disso, o município ainda carrega as consequências de uma histórica concentração de terras, com grande parte de seu território urbano e áreas de expansão sob a posse de poucos proprietários, como é o caso dos detentores das terras da antiga fábrica (Imagen 43). Essa concentração dificulta tanto a regularização fundiária quanto o planejamento urbano eficaz para seu crescimento ordenado.

**Imagen 43:** Mapa esquemático da gleba da SCBB, 2024.

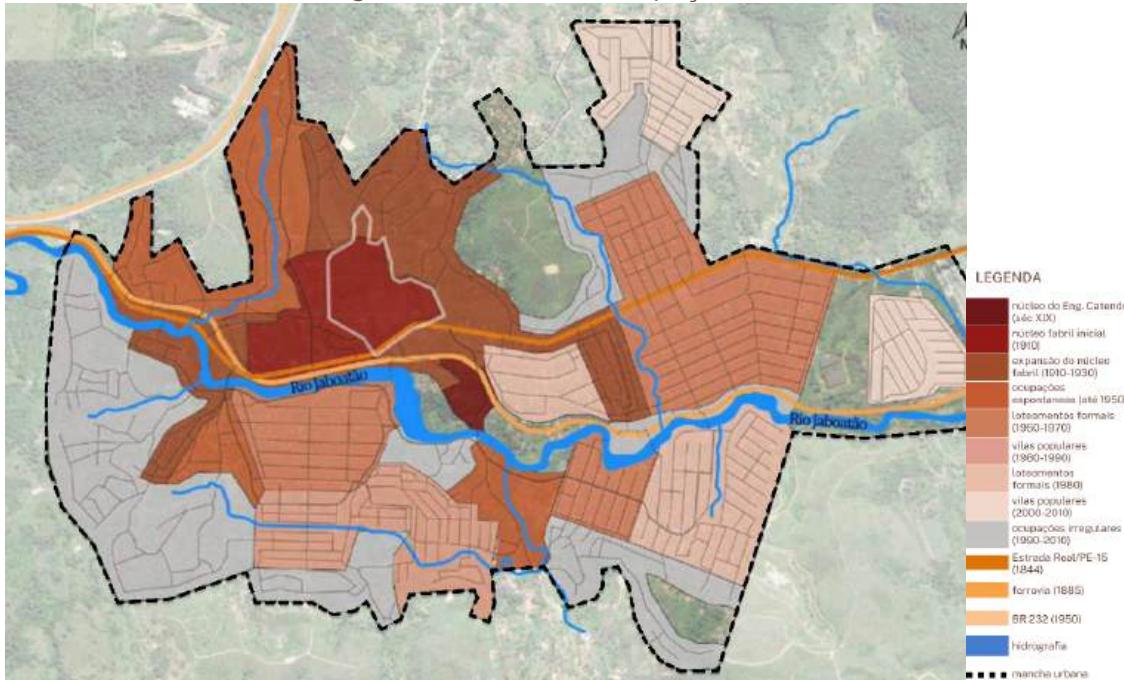


**Fonte:** Google Earth, modificado pela autora.

O complexo da Société Cotonnière Belge Brésilienne (SCBB) ocupa uma vasta área na parte central do município de Moreno, com cerca de 12 hectares de extensão. A configuração da gleba reflete a escala monumental do empreendimento industrial da época, que, no início do século XX, foi um dos maiores complexos têxteis da região. A imensidão dessa área é crucial para compreender o impacto da SCBB na paisagem urbana e social de Moreno, bem como os efeitos da desativação do complexo sobre a cidade.

O centro da cidade continua a concentrar a maioria dos serviços e comércios, enquanto as áreas periféricas enfrentam uma expansão desordenada, sem a infraestrutura necessária. A construção de novos bairros, em muitas situações, ocorreu sem o devido planejamento urbano, resultando em ruas mal pavimentadas, ausência de saneamento básico e escassez de áreas verdes. Esse processo de crescimento desordenado é um reflexo da falta de políticas públicas que integrem o aumento populacional à melhoria das condições de vida da população (imagem 44) (MEDEIROS, 2018).

**Imagem 44:** Padrões de ocupação urbana.



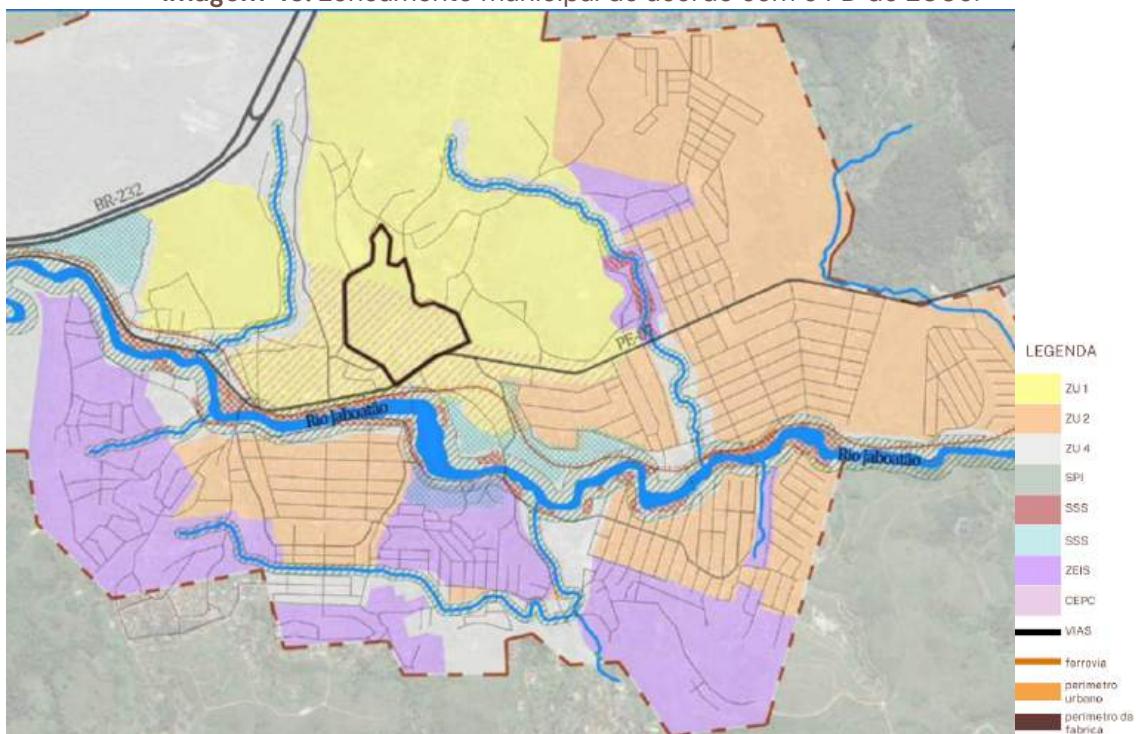
**Fonte:** Adaptado de Medeiros (2018).

Atualmente, Moreno conta com uma população estimada em 55.292 habitantes, o que representa cerca de 0,66% da população do estado de Pernambuco e 1,5% da Região Metropolitana do Recife (IBGE, 2022; PDUI, 2019). Com uma área de 194,197 km<sup>2</sup>, a cidade apresenta uma densidade demográfica de 284,72 habitantes por km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 foi de 0,652, o que aponta uma condição média de desenvolvimento humano (PDUI, 2019). Economicamente, o PIB de Moreno, estimado em 632,36 milhões de reais em 2016, é fortemente impulsionado pelo setor de serviços, que corresponde a 68,6% da produção econômica local, seguido pela indústria (19,3%) e pela agropecuária (12,1%). O PIB per capita foi de R\$10.269,36 no mesmo ano.

O zoneamento da cidade (Imagem 45) reflete sua configuração histórica, delimitando áreas de interesse específico para a preservação do patrimônio cultural. Como destacado anteriormente, os principais marcos patrimoniais do município estão ligados à sua história agroindustrial e ferroviária, incluindo o conjunto do Engenho Catende, a antiga Estação Ferroviária, o Cotonifício, o Mercado Público, a sede da Prefeitura, a Praça da Bandeira e a Igreja Matriz. Muitos desses bens ainda se encontram em bom estado de conservação, graças à continuidade de seu uso original, como é o caso do Mercado Público e da Igreja Matriz, sendo o primeiro reformado em 2022. Outros, como a antiga Estação Ferroviária e o casarão do Engenho Catende,

também passaram por reformas, mas estão distantes de seu uso original e não possuem mais uma conexão direta com a população. A antiga estação, por exemplo, foi transformada em um espaço para exposições temporárias, enquanto o casarão serve como ponto de apoio para a guarda municipal.

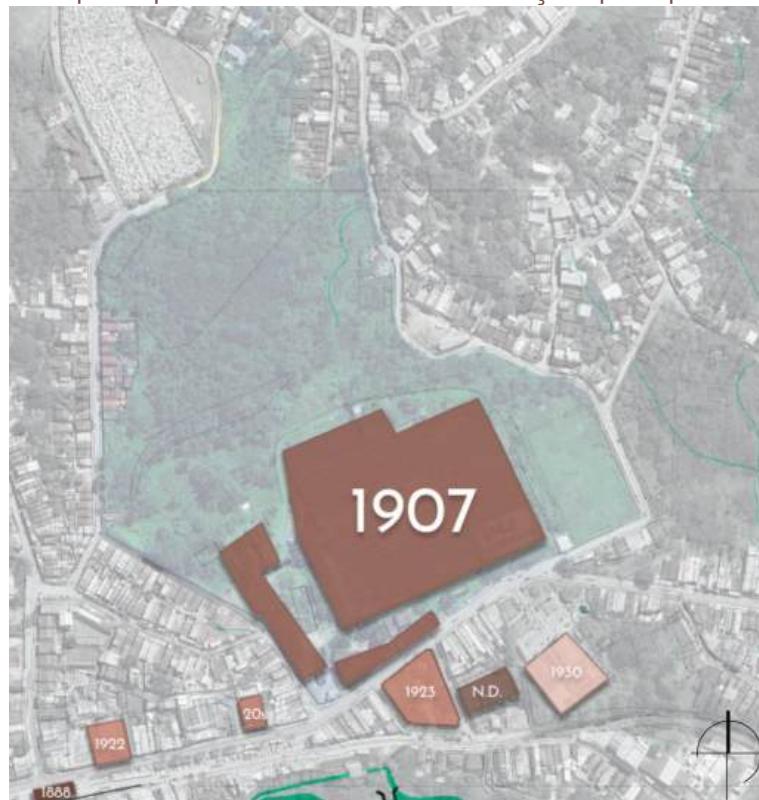
**Imagen 45:** Zoneamento municipal de acordo com o PD de 2009.



**Fonte:** Adaptado de Medeiros (2018).

A linha férrea, que corta a cidade, também integra esse conjunto. Esses marcos, datados desde o século XVIII até a década de 1930, estão localizados na área central, em proximidade com o Rio Jaboatão e/ou o leito da antiga ferrovia (Imagen 46).

**Imagen 46:** Mapa esquemático da idade das edificações principais do município.



**Fonte:** Google Earth, modificado pela autora.

Hoje as principais atividades econômicas do município incluem a agropecuária, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, avicultura e coco, a indústria, com ênfase na construção civil e na produção de produtos de concreto, máquinas e equipamentos, alimentos, têxteis, papel e aguardente, além do setor de serviços voltado principalmente para empresas (PDUI, 2019).

Entre os 14 municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR), Moreno é o quarto menos populoso e ocupa também a quarta pior posição no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Funcionando como uma zona de transição entre o Grande Recife e a Zona da Mata, o município é influenciado por cidades vizinhas, como Recife, Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão, que encontram melhores oportunidades de emprego, educação e acesso a serviços (PDUI-RMR, 2019).

Embora a fábrica, frequentemente apontada como a “razão de ser” da cidade, tenha perdido sua função produtiva, sua influência ainda se faz presente na identidade local. Moreno, hoje inserida em um contexto de transição e dependência das dinâmicas metropolitanas, mantém as marcas de seu passado industrial, perceptíveis não apenas

na configuração do território, mas, também, nas relações sociais e na memória coletiva de seus habitantes. Com o passar do tempo e a transformação da fábrica em um vestígio do passado, a memória coletiva emerge como elemento fundamental na preservação e interpretação das narrativas sobre esse patrimônio. Dessa forma, torna-se essencial compreender de que maneira os moradores ressignificam o território fabril e como suas lembranças garantem a permanência simbólica da fábrica na identidade da cidade.

cap.

03

A FÁBRICA E A  
MEMÓRIA

A antiga fábrica da Société Cotonnière Belge Brésilienne, em Moreno, representa mais do que uma estrutura industrial desativada. Para muitos moradores, ex-trabalhadores e descendentes daqueles que ali viveram e trabalharam, o espaço carrega um profundo significado histórico, social e afetivo. No entanto, a negligência do poder público e dos atuais proprietários resultou em um cenário de abandono. Diante desse contexto, torna-se fundamental compreender de que maneira os moradores ressignificam, caso o façam, o território fabril e como suas lembranças garantem a permanência simbólica da fábrica na identidade da cidade.

O presente capítulo divide-se em duas partes, explorando diferentes aspectos da relação entre a antiga SCBB e a cidade de Moreno. Inicialmente, busca-se compreender como as lembranças e narrativas da comunidade contribuem para a construção da memória coletiva do local, analisando a permanência da fábrica no imaginário coletivo. Em seguida, investiga-se a dualidade entre a materialidade da edificação e os significados a ela atribuídos, refletindo sobre o impacto de sua degradação na identidade local e na valorização do lugar. A metodologia adotada estrutura-se na articulação entre referencial teórico e pesquisa empírica, conciliando os estudos de memória coletiva de Maurice Halbwachs e Ecléa Bosi, bem como a noção de valor afetivo trabalhada por Ulpiano Bezerra de Meneses, além dos preceitos da Carta de Nizhny Tagil sobre valor social, alinhando essas abordagens à análise dos dados coletados em campo.

Dada a base conceitual, procura-se compreender a forma como antigos trabalhadores e moradores da cidade percebem e narram suas experiências relacionadas à antiga fábrica da cidade. Assim, foram realizadas entrevistas com ex-funcionários, permitindo um aprofundamento qualitativo das memórias individuais e coletivas associadas ao espaço fabril.

A partir da necessidade de ampliar a investigação, a autora também elaborou um questionário virtual com respostas fechadas, buscando alcançar um público mais amplo. O objetivo foi compreender a relação atual da comunidade com a fábrica, suas percepções sobre o futuro do local e sugestões de novos usos que possam ser relevantes para a população. Esse cruzamento entre teoria e pesquisa de campo possibilitou não apenas a análise da fábrica enquanto vestígio material de um passado industrial da cidade, mas, também, o reconhecimento de seu valor social e afetivo na construção da identidade local.

### 3.1. A expressão da memória

Sem a memória, o passado se perderia, e com ele, a própria história deixaria de existir. Ela atua como um elo vital entre a identidade de um indivíduo e as experiências que o moldam, assim como fundamenta a construção da identidade coletiva de um povo ao longo do tempo. Diferentes civilizações, em distintos momentos da história, buscaram compreender sua essência, atribuindo-lhe significados conforme suas crenças e tradições (TOGNOLI, 2009).

Na mitologia grega, a memória era personificada por Mnemosine, titânide filha de Urano e Gaia, cujo nome significa "lembrança". Guardiã do passado e fonte do conhecimento transmitido oralmente, Mnemosine era responsável pela preservação do saber e pela continuidade das tradições. Mãe das musas, divindades inspiradoras da arte, poesia, música e outras formas de expressão intelectual, ela assegurava a perpetuação do conhecimento (TOGNOLI, 2009). Sua presença na mitologia evidencia a concepção da memória como um elemento sagrado e indispensável à civilização, protegendo a humanidade do esquecimento. Sem essa conexão com o passado, a cultura, a identidade e a própria história dissiparam-se, rompendo o elo entre as gerações e comprometendo a continuidade do conhecimento e da memória coletiva.

A relação entre memória e identidade também é abordada em estudos contemporâneos, como os de Maurice Halbwachs (1990), que destaca o caráter essencialmente social da memória na sua obra “*La Mémoire Collective*”, ou “A Memória Coletiva”. Para o sociólogo, a memória não ocorre de forma isolada, mas sempre em conexão com um grupo de referência que influencia e orienta o ato de lembrar. Nesse sentido, a memória coletiva é um processo compartilhado, no qual a identidade de um indivíduo constrói-se a partir das experiências vividas dentro de um contexto social específico (HALBWACHS, 1990). Os grupos de referência, mesmo quando não estão fisicamente presentes, mantêm sua influência por meio dos modos de pensar e dos hábitos construídos ao longo do tempo. Esses grupos podem ser familiares, vizinhos ou até mesmo pessoas vinculadas a espaços de trabalho, como é o caso da SCBB. Dessa forma, as memórias relacionadas à fábrica não representam apenas reminiscências individuais, mas constituem um patrimônio imaterial coletivo, sustentado pela continuidade das relações sociais e pelo significado atribuído ao espaço ao longo das gerações (HALBWACHS, 1990).

A relação entre a **memória coletiva** e o **espaço urbano** é um dos pontos centrais na pesquisa de Halbwachs, destacando a importância fundamental dos **grupos de referência** na preservação das lembranças. A degradação do objeto de pesquisa e a ausência de investimentos na conservação do patrimônio industrial da cidade ilustram um processo de apagamento histórico que enfraquece a memória local. Um dos moradores entrevistados pontua: "Moreno possui uma carga histórica gigantesca e potencial turístico, basta investimento e um olhar para a valorização da cultura." (MORADOR 1, 2025), trazendo luz à necessidade de políticas patrimoniais que não apenas protejam a materialidade da fábrica, mas também fortaleçam os laços sociais e identitários construídos em torno dela.

" [...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós." (HALBWACHS, 1990, p. 16)

Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva se extingue com o desaparecimento de suas testemunhas. O conceito de testemunha, neste caso, abrange não apenas aqueles que vivenciaram ou presenciaram diretamente um evento, mas também os integrantes do grupo social que, por meio da coletividade, assimilam e perpetuam essa memória, mesmo sem tê-la experienciado pessoalmente, como no caso de familiares dos antigos operários do cotonifício e as futuras gerações que vivem a fábrica a partir da oralidade de seus núcleos sociais e familiares.

Quando aqueles que guardam as lembranças desaparecem ou deixam de se reconhecer como parte de um coletivo, a memória se dissolve. O que resta, nesse cenário, não é mais a memória viva, mas sim os registros históricos, caso existam. Esse fenômeno ocorre tanto no âmbito familiar, onde a tradição desempenha um papel fundamental na transmissão das recordações, quanto no contexto urbano, onde as lembranças compartilhadas pelos moradores reforçam sua identidade como grupo (SABINO, 2021). Essas narrativas, transmitidas entre gerações, integram a memória coletiva local e, muitas vezes, transformam-se em folclore ou lendas urbanas, misturando realidade e ficção ao longo do tempo. Mais do que sua precisão factual, seu valor está na maneira como contribuem para a construção da identidade coletiva e do vínculo entre a comunidade e o espaço que ocupa (SABINO, 2021).

Assim como Halbwachs, Bosi (1994) destaca a relevância da memória coletiva e observa que "a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros

e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial." No seu trabalho sobre a memória de idosos que trabalharam como operários em São Paulo, Ecléa Bosi demonstra como as lembranças individuais são moldadas pelo meio social em que foram construídas, reforçando a ideia de que a memória não é apenas um fenômeno pessoal, mas também um reflexo das experiências compartilhadas dentro de um grupo. Em seu livro "Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos (1994)", a autora apresenta dois conceitos fundamentais para o entendimento da memória coletiva: a **memória-trabalho** e a **memória-sonho**.

A "**memória-trabalho**" refere-se ao esforço de reconstruir e ressignificar o passado, e envolveu uma organização e interpretação das lembranças para reafirmar a identidade social dos idosos entrevistados por Bosi, ajudando-os a resistir ao esquecimento imposto pelas transformações urbanas e sociais (BOSI, 1994). Nos relatos obtidos por meio de conversas com moradores de Moreno, esse conceito se traduz no desejo de preservar a história local e na melancolia diante da perda de referências significativas. Como expressa um dos moradores no questionário: "Gostaria de ver a fábrica como antes, mas sei que isso não vai acontecer, só ficam as lembranças." Dessa forma, revela-se a dinâmica da memória, em que a nostalgia vai além da preservação do passado, refletindo também os impactos das mudanças urbanísticas na construção da identidade coletiva da comunidade.

O conceito de "**memória-sonho**", abordado por Bosi, manifesta-se no anseio de reativar e reconhecer o patrimônio industrial da cidade. Um dos depoimentos coletados destaca a curiosidade de muitos moradores sobre como se deu essa parte da história local: "Gostaria que transformassem essa área em um ponto turístico, para que os visitantes e habitantes de Moreno conhecessem por dentro e entendessem um pouco mais sobre seu funcionamento, seria muito importante para a cidade" (ENTREVISTADO 1, 2025). Nesse contexto, a memória coletiva não se limita à reconstrução do passado, mas também se configura como um impulso para a imaginação do futuro. A "**memória-sonho**" abre espaço para novas possibilidades para o patrimônio, atribuindo-lhe um papel essencial na construção de identidades e na formulação de propostas de revitalização urbana. Assim, a velha fábrica não é apenas um vestígio do passado industrial, mas também um ponto de partida para imaginar e construir novas relações com o território, consolidando-se como um elo entre a história e as aspirações da população.

Os conceitos de **memória-trabalho** e **memória-sonho** são particularmente relevantes para a análise do caso da *Société Cotonnière Belge Brésilienne*. Assim como os idosos entrevistados por Bosi viram suas memórias apagadas pelas transformações urbanas de São Paulo, a perda de reconhecimento patrimonial industrial da cidade pode ser entendida como um processo semelhante de destruição da memória coletiva. A fábrica, além de sua importância material, também constitui um marco no imaginário da população local, muitas das memórias dos antigos trabalhadores e moradores estão carregadas de afetividade, saudade e até mesmo de idealização do passado. Enquanto a **memória-trabalho** permite resgatar e documentar histórias que correm o risco de se perder, a memória-sonho evidencia a dimensão simbólica e os laços afetivos que ligam os antigos trabalhadores e moradores à espacialidade da fábrica e suas possíveis ressignificações. Dessa forma, considerar a memória não apenas como um fenômeno psicológico, mas como uma expressão da identidade coletiva, é essencial para o reconhecimento e a valorização do patrimônio histórico e cultural local.

"Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho." (BOSI, 1994, p. 55). A ideia de memória como resistência, presente no pensamento de Bosi, manifesta-se nos relatos dos moradores que vivenciaram tanto o período de prosperidade quanto o declínio da fábrica e reflete-se na forma como a história do local continua a ser rememorada e valorizada, mesmo diante das transformações urbanas que ameaçam sua preservação. Como ressaltou um dos depoentes:

"Esta fábrica foi de grande importância na cidade, transformando vidas, dando oportunidades de renda à população, fazendo com que o comércio se expandisse. Muitos moradores não precisavam procurar emprego fora e outros sustentavam suas famílias com o comércio. No entanto, hoje a cidade morre aos poucos. Moreno teria grande potencial de ser conhecida pela sua história; fábricas, engenhos, estação, comércio, casarões, se fosse bem administrada" (ENTREVISTADO 2, 2025).

### 3.2. Dimensão física e simbólica

No contexto dos valores culturais em relação ao objeto de estudo, a dimensão afetiva pode ser compreendida como aquilo que "os valores que costumamos chamar de históricos (relacionados à memória e não a conhecimento controlado)" (MENESES, 2012, p.36), sendo assim, relacionada à subjetividade do ser humano. Nesse sentido,

o valor afetivo atribuído a um determinado bem cultural decorre da carga simbólica que ele carrega, dos laços subjetivos estabelecidos e da construção do sentimento de pertencimento. As experiências individuais e coletivas contribuem para a ressignificação desses espaços, reforçando a relação entre memória, identidade e patrimônio. Aldo Rossi (2001) afirma que a cidade é a sua história. Esse vínculo entre espaço e história é crucial para compreender como o patrimônio afeta as pessoas, formando uma parte essencial da identidade coletiva.

Retomando os conceitos do primeiro capítulo deste trabalho, nos deparamos mais uma vez com a Carta de Nizhny Tagil (2003), documento que enfatiza que o patrimônio industrial possui um valor social intrínseco, representando o registro de vidas de homens e mulheres comuns. Este patrimônio não se limita aos aspectos materiais da indústria, como a arquitetura ou a tecnologia, mas também abrange as dimensões imateriais que envolvem as memórias, o saber-fazer e as relações sociais dos trabalhadores e suas comunidades. Esses elementos imateriais conferem ao patrimônio industrial um valor identitário significativo para as populações locais, integrando passado e presente (TICCIH, 2003).

Embassando essa abordagem, os Princípios de Dublin (2011) ampliam a compreensão do patrimônio industrial ao ressaltar que ele não se limita à sua materialidade, como a arquitetura ou os processos tecnológicos. O patrimônio industrial é visto como um fenômeno dinâmico, cujos significados e valores são formados ao longo do tempo por meio das experiências e interações dos indivíduos que com ele convivem, sendo, assim, um processo contínuo, socialmente negociado e reconfigurado conforme as vivências coletivas (PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2011).

“Para além do património material associado aos processos e tecnologia industrial, da engenharia, da arquitectura ou do urbanismo, este património contempla também múltiplas dimensões imateriais plasmadas no saber fazer, nas memórias ou na vida social dos trabalhadores e das suas comunidades” (PRINCÍPIOS DE DUBLIN, 2011)

O valor de um bem cultural não está necessariamente em sua materialidade, mas sim na significação que lhe é atribuída por aqueles que com ele se relacionam (NASCIMENTO, 2018). É possível compreender que um patrimônio pode carregar um valor de natureza imaterial, associado à memória, ao sentimento de pertencimento e à identidade construída em torno dele, como ocorre no caso da antiga fábrica têxtil e sua relação histórica e afetiva com a cidade. No entanto, é comum que os discursos sobre patrimônio estabeleçam uma oposição entre as noções de materialidade e

imaterialidade, como se não pudessem coexistir de forma integrada em um mesmo espaço. Sobre essa questão, Meneses (2012, p. 31) aponta que “se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se”. Assim, o patrimônio imaterial ancora-se em elementos materiais que possibilitam sua existência, e no contexto da fábrica de Moreno, o valor afetivo atribuído ao local sustenta-se tanto na memória coletiva quanto na própria estrutura física que marcou a experiência e a vivência da comunidade.

Existem diversas maneiras de expressar a conexão com um lugar, a literatura surge como uma poderosa forma de traduzir esses laços profundos. O poema de Vera Lúcia de Oliveira, apresentado anteriormente, celebra a emancipação de Moreno e é um exemplo significativo de como o valor atribuído a um espaço vai além de sua materialidade, sendo transmitido por meio de palavras que evocam sua história, seus marcos urbanos e sua identidade cultural.

“ [...] Um canto de orgulho, de fé e de alegria,  
Pois o progresso surgira em Moreno, nas Igrejas,  
Nas Escolas, no Comércio, na Fábrica, com firmeza e melhorias...  
O primeiro prefeito, Euclides José de Souza Leão  
Com o desejo de tornar Moreno uma cidade próspera e querida,  
Juntou-se aos primeiros vereadores e prometeu  
Que dali por diante, Moreno seria uma cidade cheia de vida...  
E assim, a cidade de Moreno crescia cheirando a eucalipto,  
Com as verdes colinas emoldurando a cidade simplesmente,  
Com as crianças felizes a se banharem no Rio Jaboatão,  
E a linda estação de trem em um vai e vem de passageiros felizes,  
contentes...”

(OLIVEIRA, s.d.)

No trecho "*O progresso surgira em Moreno, nas Igrejas, / Nas Escolas, no Comércio, na Fábrica, com firmeza e melhorias...*", observa-se que a fábrica, assim como outros pilares estruturantes da cidade – a religião, o trabalho e a educação – não é apenas um símbolo do desenvolvimento econômico, mas também um marco identitário, entrelaçado com a trajetória de vida dos moradores.

A forma como o poema retrata a cidade evidencia que sua importância não se limita ao aspecto geográfico ou econômico, mas está também profundamente ligada à

memória e à afetividade de seus habitantes. Ao mencionar o vai e vem de passageiros na estação ferroviária, as crianças brincando no rio e o perfume dos eucaliptos, a autora reforça a ideia de que a cidade é mais do que um conjunto de edificações: é um espaço vivido, permeado por lembranças e experiências compartilhadas ao longo das gerações.

Essa perspectiva se conecta diretamente à fábrica da *Société Cotonnière Belge Brésilienne*, cuja presença no poema destaca sua relevância não apenas como um antigo centro produtivo, mas como um elemento central na identidade urbana e na memória dos moradores. Ainda que hoje esteja desativada, sua permanência no imaginário coletivo reflete o papel que desempenhou na construção de Moreno, tanto no sentido físico quanto no simbólico:

“A minha infância foi marcada pelo cheiro dos eucaliptos. O cheiro do eucalipto na cidade, de manhã, quando amanhecia, era muito presente. Isso acaba sendo um resquício da fábrica, né? Outras lembranças que tenho são os clubes, como o Société, que fechou recentemente. O baile municipal, que sempre acontecia no Société, perdeu o encanto... O encanto de sair e ir pra Praça da Bandeira com o Orquestrão e, depois, todo mundo indo tomar café da manhã no mercado público. São lembranças de outros tempos na cidade. [...]” (ENTREVISTADO 3, 2025)

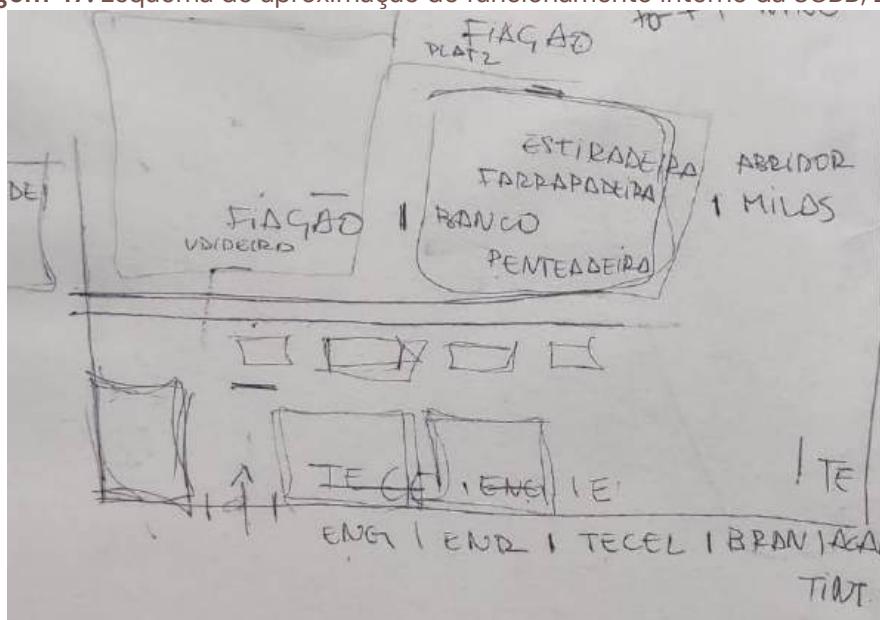
Como aponta Meneses (2012), o valor afetivo atribuído a um lugar não se restringe à sua preservação material, mas se manifesta na maneira como ele é lembrado, reinterpretado e ressignificado ao longo do tempo. Dessa forma, o poema de Oliveira não apenas celebra a emancipação da cidade, mas também reafirma a importância da fábrica e de outros marcos urbanos na construção da identidade local, evidenciando a relação indissociável entre patrimônio, memória e pertencimento.

Meneses (2012) destaca que os valores atribuídos a um espaço não são fixos ou plenamente definidos, mas resultam de constantes disputas e ressignificações ao longo do tempo. O significado de um lugar não é dado de forma objetiva e imutável; pelo contrário, ele é moldado por diferentes perspectivas, experiências e memórias que se entrelaçam, muitas vezes em tensão. Nesse sentido, o valor afetivo associado à antiga fábrica não se limita a sua função original ou ao estado atual de sua estrutura, mas emerge das vivências e das lembranças da comunidade, que reinterpretam seu significado a partir de distintas percepções e contextos históricos.

Para investigar a relação afetiva entre a comunidade e a antiga fábrica têxtil de Moreno, foram utilizadas diversas abordagens, incluindo entrevistas com antigos operários e a aplicação de um questionário online. Em uma dessas entrevistas, foi realizada a cocriação de um mapa esquemático com uma ex-operária de 70 anos que trabalhou na fábrica por quase 30 anos. Além de contribuir com memórias valiosas sobre o funcionamento da fábrica, a participante carrega uma história pessoal profundamente ligada ao local: foi ali, no início da década de 1970, entre os corredores de teares e o ritmo acelerado da produção, que conheceu Seu Nino, seu futuro marido. O encontro dos dois, marcado pelo trabalho compartilhado, deu início a uma família cujas lembranças permanecem vivas tanto no afeto quanto na identidade do espaço fabril.

A partir desse croqui, foi elaborado um segundo mapa esquemático para ilustrar a entrevista e o produto dessa conversa. Destaca-se que, devido à escassez de documentos e plantas informativas sobre o funcionamento interno da fábrica, não há confirmação de que este represente, de fato, o funcionamento original do Cotonifício. Esse mapa é utilizado no trabalho como um recurso auxiliar para compreensão do espaço e como um registro da memória de uma antiga trabalhadora.

**Imagen 47:** Esquema de aproximação do funcionamento interno da SCBB, 2024.



**Fonte:** Da autora, co-criado com entrevistada.

A cocriação desempenha, aqui, um papel fundamental no desenvolvimento do mapa esquemático que ilustra a memória da antiga fábrica, refletindo a colaboração ativa da comunidade na reconstrução do espaço. Esse processo de co-criar, ao

envolver uma antiga trabalhadora no desenvolvimento do croqui, possibilitou a geração de um primeiro esboço que, embora não confirmando com precisão o funcionamento original da fábrica devido à falta de documentos e plantas, torna-se um importante recurso de memória e ressignificação.

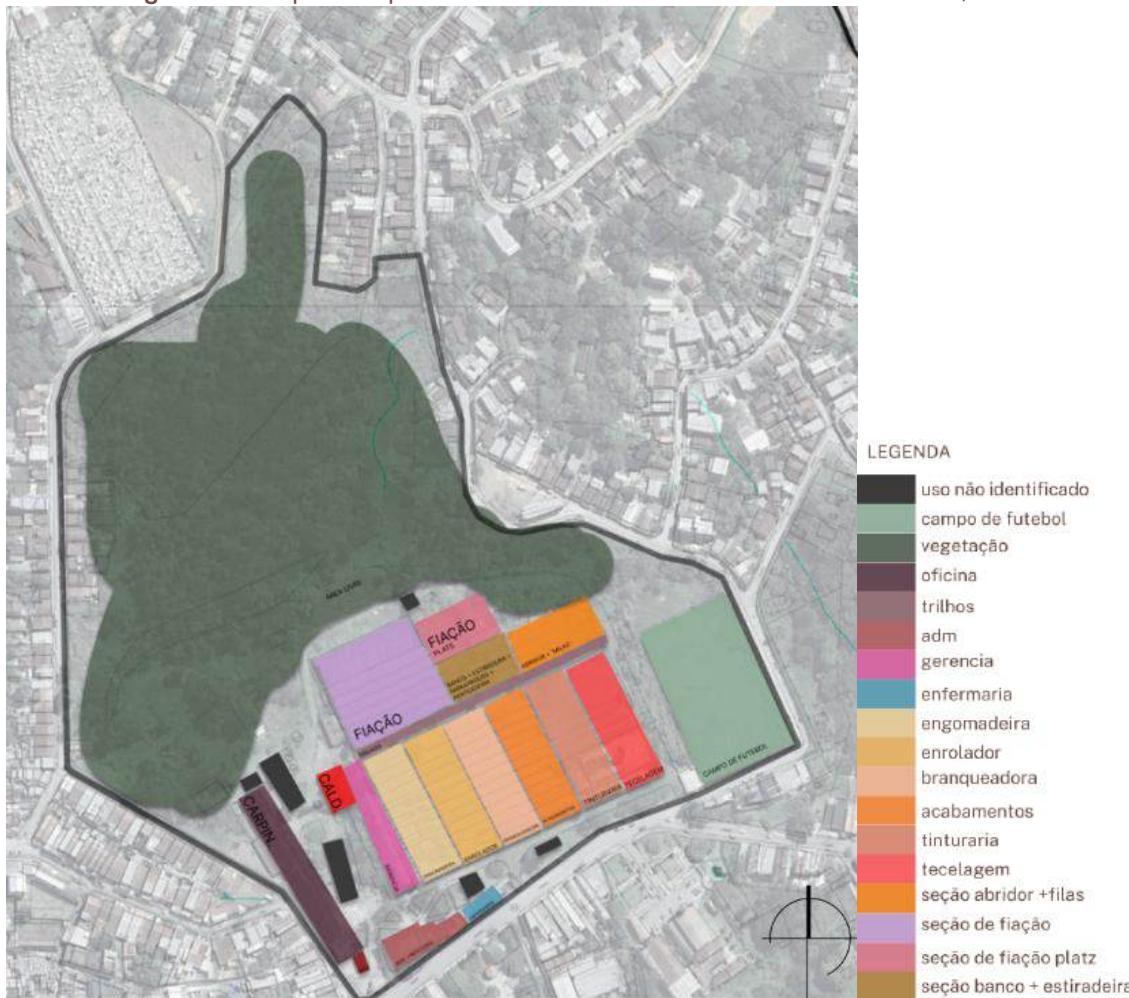
O depoimento da participante, que traz lembranças e detalhes vividos na fábrica, foi essencial para a construção dessa representação, permitindo não apenas compreender as relações espaciais dentro do complexo fabril, mas também captar as dinâmicas que ali ocorreram ao longo do tempo. Essa questão se fortalece ao ser abordada em diferentes depoimentos, como é o caso do relato seguinte:

“Lembro muito do movimento nos horários de entrada e saída dos turnos de trabalho dos funcionários. Também, na época, os pagamentos eram feitos na sexta-feira, semanalmente, e o comércio ficava bem movimentado. O dinheiro girava muito na cidade. A gente, que tinha loja, já ficava preparado pro movimento das sextas.”

Hoje dá uma tristeza danada pensar e ver a cidade assim, parada... Era um bom tempo... Saudade também. Um lugar que deu tanta felicidade à população, agora esquecido pelo tempo” (ENTREVISTADO 4, 2025).

Esse trabalho colaborativo revela o potencial de cocriar, onde a memória individual, impregnada de experiências pessoais, se transforma em um componente coletivo que reconstrói e valoriza a história do local, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para futuras intervenções que respeitem a memória e a identidade da comunidade. Assim, o mapa gerado (imagem 48) a partir dessa cocriação se torna mais do que uma simples representação espacial; ele é um reflexo da construção da memória coletiva e do esforço da comunidade em manter viva a história da fábrica, ao mesmo tempo que reconhece o desejo de ressignificar aquele espaço em consonância com as necessidades do presente e do futuro da cidade.

**Imagem 48:** Esquema aproximado do funcionamento interno da SCBB, 2024.



**Fonte:** Da autora, co-criado com entrevistada.

Já o questionário teve como principal objetivo identificar se pessoas com algum vínculo com o município — como moradores, ex-moradores e aqueles com laços familiares ou sociais na região — atribuem valor afetivo ao espaço fabril, bem como o tipo e grau de identidade, memória e pertencimento a ele associados.

Entre as oito questões formuladas, uma delas era opcional e aberta para depoimentos, enquanto as demais eram de múltipla escolha (Anexo 01). Incluiu-se também a coleta da idade dos participantes, com o intuito de verificar se o valor afetivo atribuído à fábrica transcende gerações ou se está restrito aos mais velhos, especialmente àqueles que vivenciaram o período de funcionamento da SCBB.

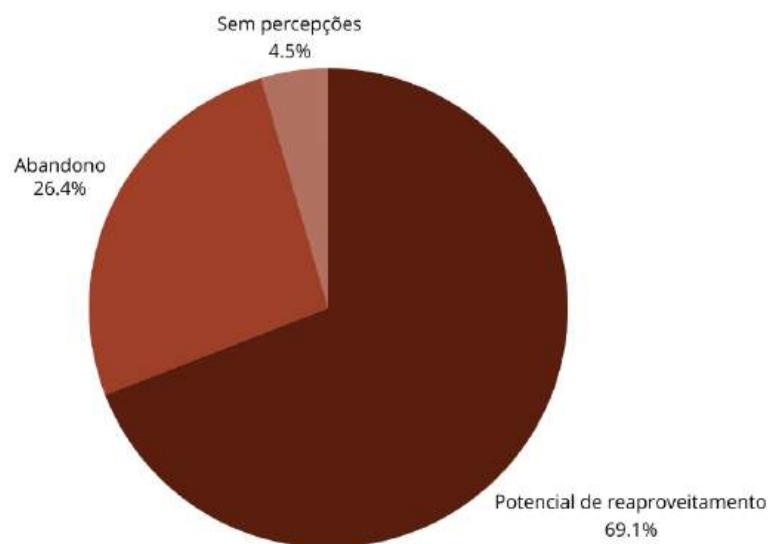
Dessa forma, a pesquisa não apenas procurou identificar como diferentes faixas etárias percebem o antigo núcleo fabril e se atribuem a ele algum significado afetivo, mas também explorar, por meio de seus relatos, a materialidade e as referências

espaciais que emergem dessas memórias, estabelecendo conexões entre história, identidade e lugar.

O questionário recebeu um total de 110 respostas, com predominância de participantes na faixa etária entre 18 e 30 anos, seguidos por aqueles entre 41 e 50 anos. A maioria dos respondentes possui algum tipo de vínculo com a antiga fábrica, seja como ex-operários, familiares ou descendentes de trabalhadores da SCBB, evidenciando a permanência de uma conexão afetiva com o local ao longo das gerações.

Uma das questões selecionadas para avaliar o otimismo em relação ao futuro da área da antiga fábrica e suas possíveis potencialidades foi a pergunta número 4: “Qual é a sua percepção atual sobre a área onde está localizada a antiga fábrica?”. Conforme ilustrado no **gráfico 01**, a maioria dos participantes demonstrou uma visão positiva, optando pela alternativa “Um local com potencial de reaproveitamento”, o que pode indicar um reconhecimento coletivo de que o espaço ainda possui relevância e possibilidades de novos usos.

**Gráfico 01:** Percepção dos participantes sobre a área da antiga fábrica.

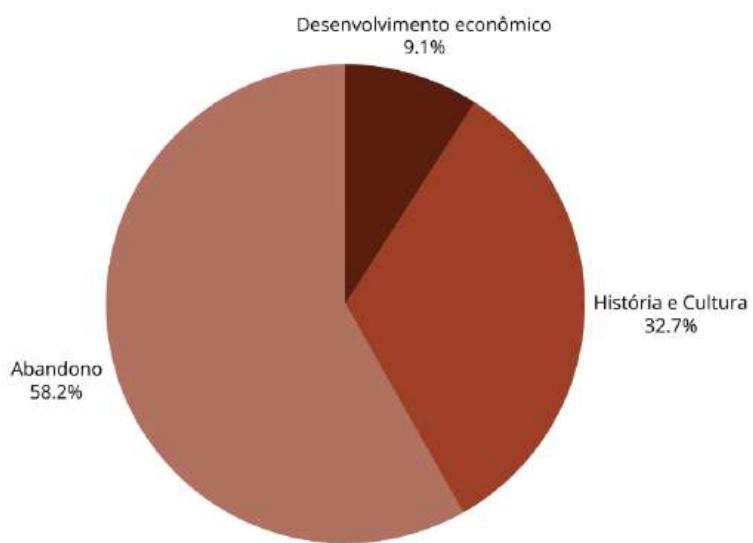


**Fonte:** Autoral, 2024.

Outra questão essencial para avaliar a percepção dos participantes sobre a situação atual da área foi a pergunta número 6: “O que você acredita que o local representa para a cidade hoje?”. A intenção foi compreender a percepção dos participantes sobre a atual condição da área onde estava localizada a antiga fábrica,

uma questão que visava abordar mais a dimensão material. Os resultados (gráfico 02) revelaram uma preocupação significativa com o estado do terreno, uma vez que mais da metade dos respondentes o classificaram como “**Um espaço abandonado**”. Ressalta-se aqui o contraste entre a valorização do potencial de reaproveitamento da antiga fábrica e a sensação de negligência e descaso que atualmente permeia a área. A ausência de iniciativas de conservação por parte dos atuais proprietários e do poder público reforça essa percepção, evidenciando a falta de medidas efetivas para a preservação ou requalificação do espaço, o que contribui para o agravamento de seu estado de abandono.

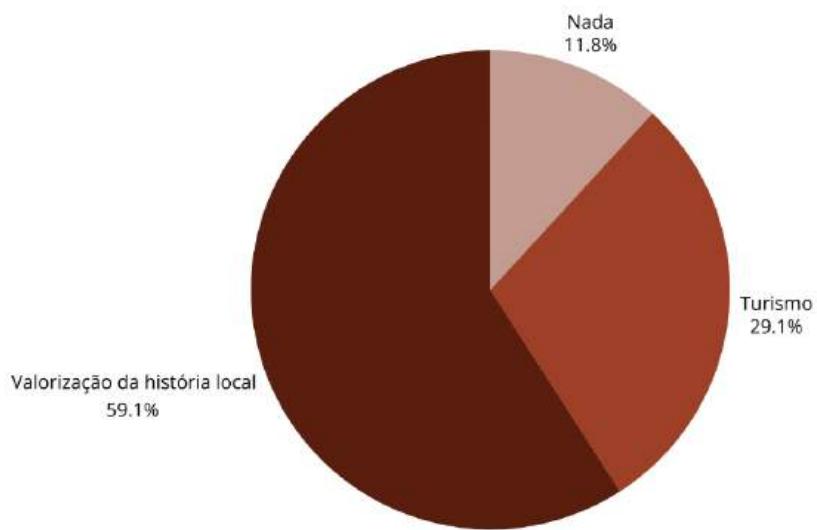
**Gráfico 02:** Percepção do que o local representa hoje para a comunidade.



**Fonte:** Autoral, 2024.

Na questão seguinte, buscou-se entender como possíveis ações de preservação da antiga fábrica poderiam impactar a cidade de Moreno. Os resultados (gráfico 03) apontaram que a maioria dos participantes acredita que programas de conservação e preservação do local “contribuiriam para a valorização da história da cidade”. Outra parcela significativa vê nessas iniciativas um potencial de atração turística para o município, enquanto uma minoria considera que medidas do tipo não teriam um impacto relevante. O objetivo da pergunta foi de identificação da percepção da comunidade participante sobre os impactos que ações de preservação da antiga fábrica poderiam gerar para a cidade.

**Gráfico 03:** Percepção do impacto de ações de conservação.

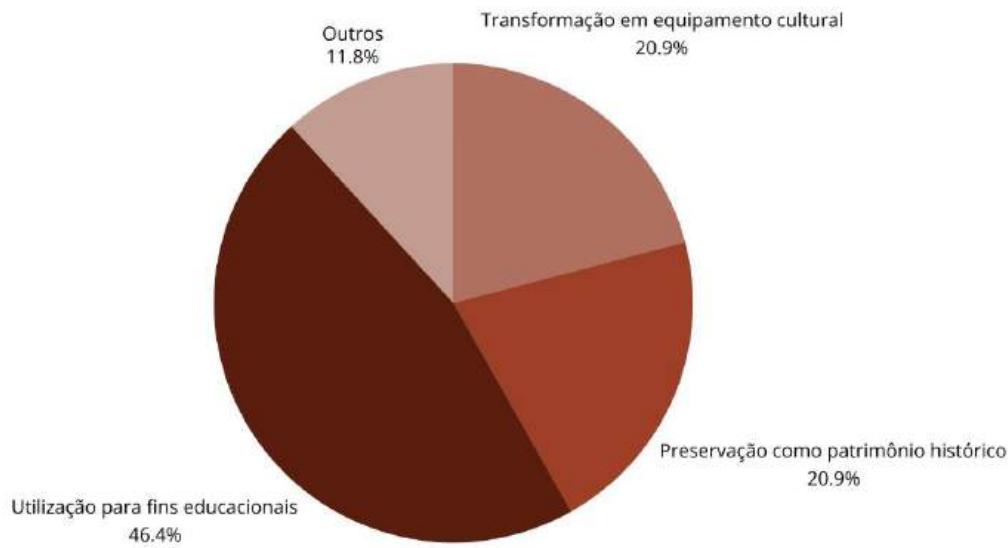


**Fonte:** Autoral, 2024.

A seguinte pergunta buscou entender quais usos para a área da antiga fábrica seriam mais valorizados pela comunidade, explorando o potencial de reaproveitamento do espaço. Foi perguntado aos participantes qual seria, em sua opinião, a melhor forma de reutilização do antigo núcleo fabril da SCBB. Foram apresentadas três alternativas principais, além da possibilidade de sugestão livre.

Como observado no **gráfico 04**, a maioria dos respondentes optou pela “utilização da área para fins educacionais ou sociais”. Em seguida, em proporções iguais, surgiram as propostas de “transformação do espaço em um equipamento cultural” e “preservação como patrimônio histórico”. Outras respostas, que somam 11,8% do total, incluíram sugestões como a demolição do conjunto, a reativação para uma nova indústria e a criação de um conjunto habitacional. Algumas dessas respostas podem ser agrupadas dentro das categorias já apresentadas, reforçando as três alternativas principais.

**Gráfico 04:** Percepção do tipo de reutilização do conjunto.



**Fonte:** Autoral, 2024.

Vale ressaltar que outra pergunta do questionário já aponta uma justificativa para a escolha dessas respostas. Ao questionar aos participantes sobre as atividades de lazer que mais frequentam na cidade, uma parcela significativa indicou a opção “Não usufruo por falta de opções de atividades de lazer na cidade”, evidenciando uma demanda reprimida por espaços culturais e sociais que poderiam ser atendidos pela requalificação da antiga fábrica. Além disso, outra parcela expressiva mencionou que frequenta bares e restaurantes da região, o que sugere um padrão de lazer concentrado em poucas opções, reforçando a necessidade de diversificação. Esse dado fortalece a relevância das principais propostas de reutilização da área fabril, que incluem fins educacionais, sociais e culturais.

Aprofundando ainda mais a dimensão afetiva relacionada à antiga fábrica, foi disponibilizado um espaço opcional para que os participantes compartilhassem lembranças, relatos pessoais ou sugestões para o futuro do local. Ao todo, foram coletadas 40 respostas, com o objetivo de captar histórias, causos e depoimentos que revelassem o valor afetivo e social atribuído pela comunidade ao espaço fabril.

As relações mencionadas anteriormente ganham ainda mais profundidade quando analisamos os depoimentos coletados, que ajudam a desvelar o véu simbólico que envolve a fábrica. Como aponta um dos depoentes:

“Na verdade, acaba que tudo que me recordo tem a fábrica como plano de fundo. Lembro que eu era novinha e a gente ficava na Praça da

Bandeira só vendo o entra e sai dos funcionários, perto da hora de um novo turno, né? Tinha aquele relógio bem grande na entrada. Eu digo plano de fundo porque me lembro também... Veja, a gente tinha o 'Bem-me-quer'. E o que é isso? Um banquinho no muro da fábrica. Acho que já não funcionava direito mais, mas a gente ficava ali quando tinha algum evento na cidade, paquerando. Então, até essas lembranças mais 'bestinhas', a fábrica tá sempre lá. É quase uma entidade na cidade. Tá ali quietinha, na dela. Não tem interação nenhuma com a população, mas toda história, toda lembrança — assim, da minha geração, né? — tem alguma menção a essa fábrica." (ENTREVISTADO 5, 2025).

Depoimentos como o anterior revelam como a fábrica insere-se de maneira discreta, mas profundamente marcante, na memória coletiva da comunidade. Ela não apenas permanece presente no cotidiano da cidade, mas também serve como cenário de diversas experiências da infância e juventude dos moradores. Embora não haja uma interação direta entre a fábrica e a população, ela se mantém como uma presença simbólica e quase mística na construção da identidade local. O depoente a descreve como uma "entidade", que, mesmo em silêncio, continua a exercer uma forte influência nas lembranças coletivas da geração, evidenciando como a memória da fábrica vai além de sua função industrial, tornando-se parte essencial da história pessoal e coletiva da cidade.

Os depoimentos destacam diferentes perspectivas sobre o significado da fábrica. Um dos participantes compartilha:

"A antiga fábrica tem potencial para ser o primeiro museu da cidade e precisa ser tombada como patrimônio arquitetônico. Além disso, o terreno poderia ser reutilizado para a construção de espaços de lazer, como quadras poliesportivas e um centro empresarial, além de abrigar algumas secretarias do município. Também é essencial preservar as restingas de Mata Atlântica dentro da propriedade, criando trilhas ecológicas. Meus avós se conheceram na fábrica, e o grande elefante branco do município deve ser entregue novamente à população." (ENTREVISTADO 6, 2025)

A fábrica é destacada como um símbolo não apenas de patrimônio histórico, mas também de um potencial espaço para o desenvolvimento social e econômico. A proposta de reconfiguração do local para abrigar quadras poliesportivas, um centro empresarial e secretarias municipais reflete uma visão pragmática e integradora, que busca conciliar a memória da fábrica com as necessidades urbanas contemporâneas. Esse relato evidencia o desejo de ressignificar o espaço, atribuindo-lhe novos usos que, ao mesmo tempo, atendem às demandas da cidade e respeitam sua história.

A fábrica não era apenas um espaço de produção, mas também um ponto central na construção e no fortalecimento das relações sociais. Seus arredores, como os

pátios, a Praça da Bandeira – criada pela própria SCBB – e as ruas próximas, tornaram-se locais de encontro e convívio, ampliando a dinâmica do cotidiano para além do ambiente de trabalho. Foi nesse cenário que os operários construíram suas vidas, formaram famílias e criaram seus filhos, acompanhando o crescimento da cidade e consolidando a fábrica como um elemento essencial na estrutura social.

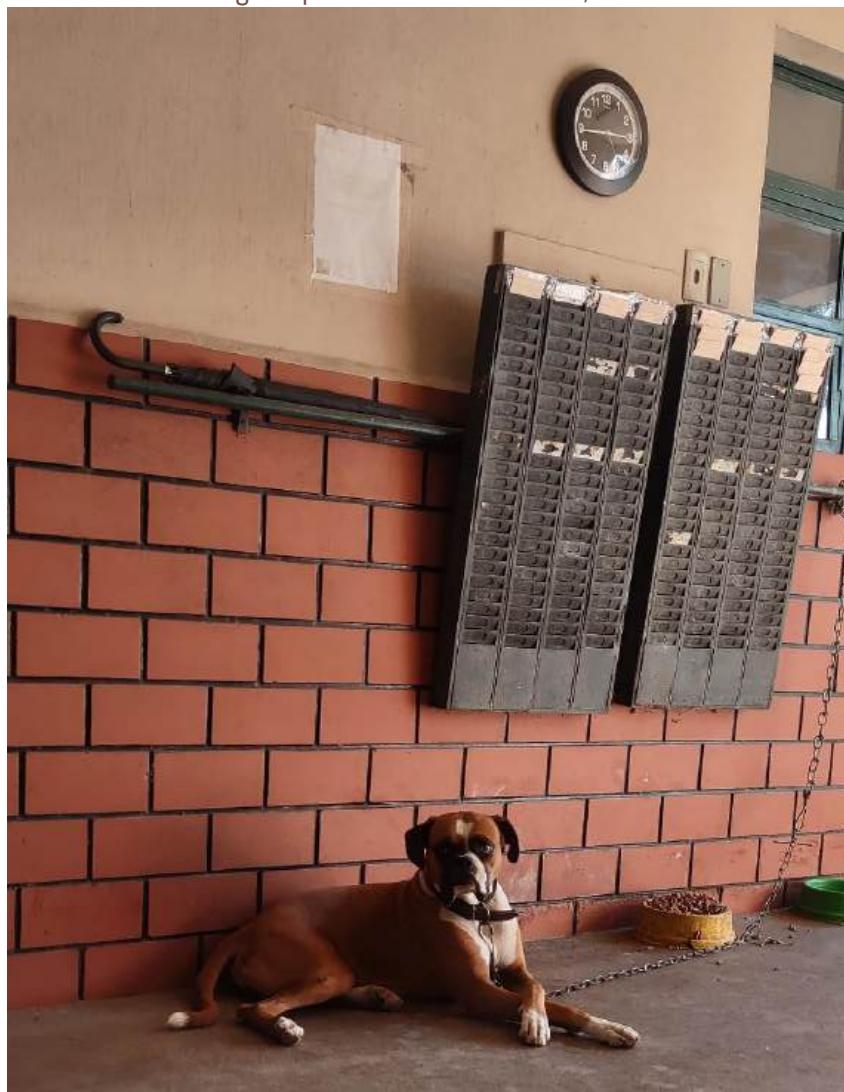
Apesar da degradação causada pelo tempo, seu potencial de ressignificação e reaproveitamento é reconhecido e defendido pela população, que busca uma revitalização como forma de atender às novas demandas da cidade, preservando sua memória e atribuindo-lhe novas funções sociais e culturais.

Outro participante do questionário sugere:

“O espaço da antiga fábrica poderia ser reaproveitado para fins educacionais e sociais. Há muito tempo surgiram ideias para transformá-lo em uma escola técnica ou faculdade, mas até agora essas propostas nunca saíram do papel. Sabemos da importância histórica do lugar, mas por que não aproveitar seu potencial para outros fins? Cabe aos órgãos competentes essa análise.” (ENTREVISTADO 7, 2025).

Essas e diversas outras declarações similares evidenciam a necessidade de criar mais equipamentos que atendam às demandas da população, apontando para a importância de encontrar um equilíbrio entre preservação e funcionalidade. A conservação da fábrica não deve ser apenas uma questão simbólica; é essencial que ela esteja integrada de forma ativa ao desenvolvimento educacional e social da cidade, sendo respaldada por um plano de gestão que alinhe suas potencialidades ao progresso local. Além das sugestões apresentadas, outros relatos reforçaram o papel crucial que o espaço ocupa na memória coletiva dos moradores, seja por meio de histórias familiares, recordações do período em que a fábrica esteve em pleno funcionamento ou reflexões sobre seu impacto duradouro na identidade do município.

**Imagen 49:** Corredor de entrada de funcionários, percebe-se algumas folhas de ponto dos antigos operários do Cotonifício, 2024.



**Fonte:** Autoral, 2024.

A antiga fábrica de Moreno transcende sua materialidade e se estabelece como um marco afetivo, profundamente enraizado na memória da população. Esse vínculo emocional, aliado às demandas por requalificação, reforça a necessidade de iniciativas que equilibrem preservação e novos usos, garantindo que o espaço permaneça vivo no imaginário coletivo. Embora não funcione mais como centro produtivo, a fábrica segue sendo um símbolo identitário para os moradores, continuamente ressignificado pela coletividade. Seu verdadeiro valor não se limita à estrutura física, mas reside nas histórias, nos afetos e nas memórias que atravessam gerações. Assim como o frevo segue vibrante no coração dos recifenses, a fábrica permanece presente na lembrança de seus habitantes, perpetuando seu legado cultural e emocional.

Ao longo deste trabalho, as reflexões e as análises sobre a antiga fábrica da *Société Cotonnière Belge Brésilienne* e sua relação com a cidade de Moreno evidenciaram a marginalização desse legado industrial. A pesquisa demonstrou que a preservação desse patrimônio envolve desafios significativos, sendo um dos principais a escassez de fontes documentais sistematizadas e acessíveis. Os registros encontrados, muitas vezes fragmentados, dificultam a compreensão aprofundada da trajetória da fábrica e de sua influência na configuração urbana e na identidade coletiva do município. Além disso, a ausência de um acervo municipal organizado agrava essa lacuna, comprometendo a reconstrução histórica e a valorização desse patrimônio.

A articulação entre memória, cidade e identidade revelou-se um desafio teórico, exigindo um percurso metodológico cuidadoso para evitar conflitos epistemológicos. A relação entre a fábrica e os valores patrimoniais não é facilmente delimitada. Enquanto referenciais como a Carta de Nizhny Tagil (2003) e as reflexões de Ulpiano Bezerra de Meneses (2012) contribuem para a compreensão dos valores social e afetivo do patrimônio industrial, a identificação concreta desses elementos requer um olhar mais sensível, que seja capaz de abarcar a complexidade simbólica que carregam. Assim, tornou-se necessário combinar a revisão bibliográfica, a pesquisa iconográfica, a análise documental e coleta de depoimentos para compreender a fábrica não apenas como uma estrutura física, mas como parte essencial da memória coletiva local.

Os dados coletados demonstraram que as transformações urbanas de Moreno estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento e ao posterior declínio da fábrica. Sua presença foi determinante para a formação econômica e territorial da cidade, impulsionando seu crescimento populacional e consolidando a identidade operária local. Além disso, de maneira subjetiva, a fábrica também influenciou a construção do espírito do lugar e a conexão entre a cidade e seus habitantes. No entanto, apesar de sua importância, esse patrimônio tem sido progressivamente apagado do imaginário coletivo e negligenciado nas políticas de preservação. A falta de iniciativas de reutilização

adaptativa e a degradação estrutural demonstram a fragilidade das ações voltadas à proteção do patrimônio industrial, resultando na sua invisibilização.

No que se refere aos valores culturais, a pesquisa evidencia a forte presença dos valores social e afetivo, manifestados nas lembranças e vivências dos antigos funcionários e da comunidade em geral. Para muitos, a fábrica representa não apenas um espaço de trabalho, mas um marco de pertencimento e construção de histórias de vida. Por outro lado, seu valor estético-formal não é amplamente reconhecido na literatura consultada.

A falta de reconhecimento institucional desse patrimônio reflete um problema estrutural do processo de patrimonialização no Brasil, que frequentemente ignora os impactos da formação da identidade coletiva e das percepções sociais na definição do que deve ser protegido. Assim, mais do que oferecer respostas definitivas, este trabalho busca ampliar o debate sobre quais memórias estão sendo preservadas e quais estão sendo esquecidas, contribuindo para uma reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades da valorização do patrimônio industrial no país.

Para além da contribuição para as reflexões sobre memória coletiva e identidade local vinculadas ao patrimônio industrial, a presente pesquisa busca servir como uma ferramenta na elaboração de futuros subsídios para a tutela e salvaguarda do patrimônio industrial de Moreno. Por meio da sistematização de dados e do levantamento de informações, este trabalho busca contribuir para a formulação de estratégias de preservação da fábrica, integrando-a a soluções de desenvolvimento urbano planejadas para o município e reinserindo-a na dinâmica urbana de Moreno por meio de novos usos e novas atividades.

## Questionário aplicado na pesquisa

1. Faixa etária

2. Você sabia que a *velha fábrica* era uma antiga fábrica de tecidos?

- a) Sim
- b) Não

3. Você ou algum membro da sua família já trabalhou na fábrica?

- a) Sim, eu já trabalhei na fábrica
- b) Pais
- c) Irmãos
- d) Avós
- e) Tios
- f) Primos
- g) Bisavós
- h) Outro (espaço aberto para resposta curta)
- i) Não, nunca trabalhei na fábrica e nem ninguém da minha família.

4. Qual é a sua percepção atual sobre a área onde está localizada a antiga fábrica?

- a) Um local com potencial de reaproveitamento
- b) Um lugar abandonado
- c) Nenhuma percepção
- d) Outro (espaço aberto para resposta curta)

5. O que você acredita que o local representa para a cidade hoje?

- a) Desenvolvimento econômico
- b) História e Cultura
- c) Um lugar abandonado
- d) Outro (espaço aberto para resposta curta)

6. Como você acha que ações de preservação da fábrica podem impactar a cidade de Moreno?

- a) Valorização da história local
- b) Atração de turismo

- c) Não teria impacto significativo

7. O que você acha que deveria ser feito com a área da antiga fábrica?

- a) Transformação em um equipamento cultural
- b) Reutilização para fins educacionais ou sociais
- c) Preservação como patrimônio histórico
- d) Demolição das construções existentes
- e) Outro (espaço aberto para resposta curta)

8. Gostaria de compartilhar algo sobre a antiga fábrica ou sugerir ações relacionadas ao local? (pergunta opcional)

Espaço aberto para resposta

- ARCOVERDE, Márcio Romerito da Silva. **Lutas operárias num espaço semi rural: Trabalho e conflitos sociais em Moreno-PE. 1946-1964.** 2014. 191 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil.** *arq.urb*, [S. I.], n. 3, p. 11–22, 2010. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/114>.
- BALBINO, Maria Carollina Feitoza. **Fábrica da Torre: conservação de estruturas da paisagem para um parque.** 2019. TCC (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.
- BELGIAN CLUB. **Moreno, a cidade industrial da Société Cotonnière Belge-Brésilienne.** Disponível em: <https://belgianclub.com.br/pt-br/heritage/moreno-cidade-industrial-da-societ%C3%A9-cotonni%C3%A8re-belge-br%C3%A9silienne>.
- BIHUM, Bruno Nascimento. Entre ideias e desdobramentos normativos: o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.
- BRASIL. Lei nº 25, de 13 de janeiro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 13 jan. 1937.
- BRASIL. Lei nº 3.921, de 13 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a organização e a gestão do município de Paulista.** Paulista, 2006.
- BOSI, Ecléa. **A pesquisa em memória social.** *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 277-284, 1993.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos..** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

# referências

- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009..
- COMPANHIA DE TECIDOS PAULISTA. *Anuário de Olinda*. Olinda, n. 10, p. 60-62, dez. 1956.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes. **Desindustrialização e salvaguarda do patrimônio industrial: problema ou oportunidade?**. Oculum Ensaios, [S. l.], n. 13, p. 154–165, 2011. DOI: 10.24220/2318-0919v0n13a147.
- CUNHA, João Carneiro da. **Guia histórico, cultural e informativo de Moreno**. Moreno - PE: Gráfica Quatro Filhos, 1977.
- CUNHA, João Carneiro da. **Moreno, 50 anos de emancipação política**. Moreno - PE, 1978.
- FOTOS ANTIGAS DE MORENO/PE. Disponível em: <https://acentelha-morenope.blogspot.com/2011/02/blog-post.html>.
- FREITAS, Raquel. **North Way Shopping será aberto em 2015**. *Jornal Folha PE*, Recife, 1 fev. 2013.
- FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. **Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife**. Recife, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**. Paris: ICOMOS, 1964.
- ICOMOS. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico, 2022.

INSTITUTIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). Princípios de Dublin: Princípios Conjuntos ICOMOS – TICCIH para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial. Paris: ICOMOS, 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – 5<sup>a</sup> SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL (IPHAN-PE). **Caminhos do açúcar: inventário de varredura do patrimônio material do ciclo da cana de açúcar – Município de Moreno.** Recife, 2010. 8 v.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A identificação do patrimônio cultural pela lente das referências culturais: conquistas e obstáculos de um percurso. Brasília: IPHAN, 2022. 115 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial: algumas questões em aberto.** *Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, n. 3, p. on line, 2010. Disponível em: [http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_03/3arqurb3-beatriz.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf).

KÜHL, Beatriz. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas.** In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Ouro Preto. *Anais...Brasília: IPHAN*, 2012. v. 2, t. 1, p. 25-39. Disponível em: <[www.iphansite.com.br](http://www.iphansite.com.br)>.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (Orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: Iphan, 2006. Disponível em: <[www.iphansite.com.br](http://www.iphansite.com.br)>.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Brasil, n.

34, p. 9–23, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23.  
Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>.

MEDEIROS, Talys. **Entre Trilhos e Águas: um Parque Urbano em Moreno.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MORENO ENGENHO, 2010. Disponível em:  
<https://morenoengenho.blogspot.com/2010/>.

MORENO, PE. **História de Moreno.** Disponível em:  
<https://educacao.moreno.pe.gov.br/pagina/cidade1>.

MOTTA, Lia. **O patrimônio urbanístico e seus usos sociais.** In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATTI, Marcelo Antonio (org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural, identidades, usos e ideologias*. Coimbra, Annablume, 2017.

MUNICÍPIO DE MORENO. Lei nº 585, de 23 de julho de 2019. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DO MORENO.** Diário Oficial do Município de Moreno, 2019.

MUNICÍPIO DE MORENO. Lei nº 586, de 23 de julho de 2019. República. **Estabelece o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de Moreno-PE.** Diário Oficial do Município de Moreno, 2019.

MUNICÍPIO DE MORENO. Lei nº 587, de 23 de julho de 2019. Código de obras e posturas municipais. Institui normas de posturas municipais e altera o Código de Obras do Município de Moreno e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Moreno, 2019.

MORENO REDESCOBERTO. **O engenho Catende.** 2014. Disponível em: <https://morenoredescoberto.blogspot.com/2014/05/o-engenho-catende.html>.

PREFEITURA DA CIDADE DO PAULISTA. **Informações Municipais 2008.** Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e Diretoria de Planos e Projetos. Paulista, 85 p.

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDUI-RMR. Recife: Prefeitura do Recife, 2019.

RODRIGUES, Angela Rösch; CAMARGO, Mônica Junqueira de. **O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo.** Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 140–165, 2010. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i10p140-165.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Neves Baptista. ENGENHOS DE PERNAMBUCO. **Engenho Moreno.** Disponível em: <https://engenhosdepernambuco.blogspot.com/2013/11/engenho-morenomoreno.html>

RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Teoria e Prática de Intervenção em Sítios Industriais de Interesse Cultural.** 2009. Tese (Doutorado) - Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SABINO, Lia Pereira. "Qual é teu interior?": uma investigação sobre cidade, memória e identidade em Fortaleza. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

SALVATTORE, Dominique Porto. **Patrimônio e valor cultural na periferia: o bairro de Rio Doce em Olinda como possível patrimônio municipal?.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Geraldo Gomes da. **Engenho e arquitetura:** morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos. 1998. Editora Fundação Gilberto Freyre.

SOUZA, Fernando Guerra de. **Açúcar: riqueza e arte em Pernambuco.** Recife: Cepe, 2022.

SOUZA, Paula Aragão de. **Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a condição de integridade nos tombamentos de núcleos fabris.** 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em

# referências

Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SUETTINNI, Jean. **Um lugar belga em Pernambuco: a cidade industrial da Société Cotonnière Belge-Brésilienne S.A.** In: STOLS, E.; MASCARO, L.; BUENO, C. (Org.). *Brasil e Bélgica: cinco séculos de conexões e interações*. São Paulo: Narrativa Um, 2014.

SUETTINNI, Jean. **Um lugar belga em Pernambuco: o núcleo fabril da Société Cotonnière Belge-Brésilienne S.A. e a consolidação em cidade do Moreno (1907- 1966)**. 201 p. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife, 2011.

TOGNOLI, Sônia Érika Kátia do Amaral. **Maurice Halbwachs: a memória coletiva**. *Scripta Alumni Uniandrade*, n. 02, 2009.